

## **Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização<sup>1</sup>** Gilberto Calil (UNIOESTE)

*This article discusses the strategy of Jair Bolsonaro, Brazilian president, facing the pandemic of the new coronavirus. The main hypothesis is that Jair Bolsonaro is a fascist leadership and that his approach to the pandemic is negationist. Our goal is to present the speeches and the attitudes used by Bolsonaro to misinform the Brazilian population and also to spread up the contamination. We present the speeches and attitudes used by Bolsonaro to misinform the population and to spread the accelerated contamination.*

*Fascism, Bolsonaro Jair, Pandemic, Coronavirus, Brazil.*

Ao longo do desenvolvimento da pandemia do novo coronavírus, as posições e atitudes do presidente brasileiro Jair Bolsonaro destacaram-se por contrariar ostensivamente o consenso científico, sabotar medidas de contenção da pandemia e propagar desinformação, sobretudo através das chamadas *fake news*. Antes disso, sua eleição no final de 2018 foi recebida com surpresa e preocupação pela imprensa internacional, que na maioria das vezes o qualificava como «populista de direita», «ultradireitista» ou «radical de direita». Nosso entendimento é que tais qualificações são insuficientes, e que para compreender efetivamente o processo em curso é necessário recorrer à categoria de fascismo e, em especial, à noção de fascistização. Nossa hipótese é que Jair Bolsonaro é um presidente fascista, cuja ascensão deve ser compreendida nos marcos do avanço da direita no Brasil ao longo dos últimos anos, que têm como perspectiva levar adiante um processo de fascistização do regime político brasileiro e que se utiliza da pandemia para fazer avançar este processo.

Em virtude disto, nas duas primeiras seções discutiremos brevemente o processo de ascensão da direita até a eleição de Jair Bolsonaro em outubro de 2018 e a qualificação de Bolsonaro como fascista, propondo algumas definições conceituais e a centralidade da noção de fascistização, que permite compreender a proposição de um projeto fascista em um país cujo regime

---

<sup>1</sup> Este artigo foi finalizado no final de outubro de 2020 e sua revisão final deu-se na primeira semana de 2021. Neste período mantém-se inalterada a política negacionista de Bolsonaro, a qual se adequou ao novo momento passando a se concentrar na desqualificação das vacinas. Como em essência mantém-se a mesma política, optamos por não alterar o texto no que se refere ao tratamento desta questão, com exceção dos dados dos dois últimos parágrafos da terceira sessão, que foram atualizados.

político ainda mantém um conjunto de salvaguardas democráticas. A seguir, discutiremos as políticas de Bolsonaro em relação à Covid-19, apresentando sua estratégia geral, baseada no estímulo à contaminação acelerada, nos marcos da crença na possibilidade de atingir uma «imunidade coletiva» ou «imunidade de rebanho» e no paradoxo representado por um governo fascistizante que assenta seu discurso negacionista na pretensa defesa de liberdades individuais, como as «liberdades» de não respeitar o isolamento social, de não usar máscaras, de propagar informações falsas e de não se vacinar, ainda que se tenha disponíveis vacinas seguras e eficazes.

### 1. *Da ascensão da direita ao governo Bolsonaro*

«Liberal na economia, conservador nos costumes», o estranho slogan propagado por Jair Bolsonaro para se autodescrever, é a mais perfeita síntese de um longo processo de ascensão da direita brasileira, que articula e unifica grupos distintos como fundamentalistas religiosos, armamentistas, ultraliberais e defensores da grande propriedade rural. O processo de afirmação destas posições deu-se ao longo de todo o ciclo de governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2016) e se assenta em uma grande diversidade de aparelhos privados de hegemonia (APHs). Em texto de 2017, apresentávamos nosso entendimento da seguinte forma:

«O avanço ideológico da direita, sintetizado na expressão “onda conservadora”, é atualmente evidente, e seguir negando sua existência implica em alto nível de desconexão com o mundo real. Nas manifestações reacionárias de 2015, tomou forma concreta e visível. Na percepção dos defensores dos governos petistas, sua origem remonta às Jornadas de Junho de 2013, o que já discutimos e criticamos em outra oportunidade. Argumentamos, ao contrário, que se trata de um processo de longo prazo que, durante os governos petistas, sustentou-se em dois pilares: a criação de múltiplos, variados e muito bem organizados aparelhos privados de hegemonia dedicados a propagar concepções meritocráticas, individualistas, ultraliberais, antissociais, fundamentalistas, anarcocapitalistas, armamentistas e muitas outras situadas no campo conservador; e a sistemática recusa ao embate ideológico por parte dos governos petistas, ao mesmo tempo em que se aliavam com e garantiam posições de poder a lideranças reacionárias que depois as usariam para apoiar o Golpe de 2016»<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> CALIL 2017.

O historiador Marcelo Badaró Mattos menciona que quando se efetivou o Golpe de 2016 que destituiu Dilma Rousseff (PT), «uma associação liberalismo/conservadorismo (...) já era uma marca da nova direita havia algum tempo»<sup>3</sup>. Embora diversas análises identifiquem o avanço da direita apenas depois das mobilizações de junho de 2013, dez anos antes suas bases já estavam sendo construídas, com a estruturação de inúmeros aparelhos privados de hegemonia voltados à propagação ideológica e à disseminação de visões conservadoras. O ano de 2002, quando Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente, foi também o ano em que constituiu o Mídia sem Máscara, APH constituído por Olavo de Carvalho, que ao longo dos anos disseminou diversas concepções reacionárias e fascizantes que posteriormente integrariam a ideologia bolsonarista. É um marco importante porque não se trata de um APH diretamente voltado à defesa dos interesses de alguma fração de classe da burguesia brasileira, como as tradicionais federações, confederações e entidades empresariais setoriais. O Mídia sem Máscara se constituiu como instrumento de combate e disputa na guerra de posições, se articulou com um conjunto de iniciativas semelhantes e fomentou outras tantas.

A pesquisa do historiador Lucas Patschiki<sup>4</sup> analisou os primeiros dez anos da trajetória do Mídia sem Máscara e evidenciou a constituição de uma rede que articulou aparelhos, organizações e intelectuais de extrema-direita calcada em extremado anticomunismo. Estruturado como página eletrônica, mas difundindo-se especialmente através da extinta rede social Orkut, o MSM apresentava-se como uma espécie de «Observatório da Imprensa» e difundia a tese de que toda a grande imprensa brasileira era esquerdista e «infiltrada» por comunistas. Tendo em vista a configuração conservadora da grande mídia brasileira (inclusive com o envolvimento direto de alguns de seus principais veículos no apoio à ditadura militar de Terror de Estado entre 1964 e 1985), é compreensível que as teses de Carvalho não tenham sido levadas a sério por pesquisadores e também pela esquerda brasileira. No entanto, como já argumentamos<sup>5</sup>, o fato de serem absolutamente irrealistas não significa que tais teses não angariassem adeptos. Pelo contrário, ao longo dos anos, tais ideias foram gradativamente ganhando terreno, como indicou Patschiki:

---

<sup>3</sup> MATTOS 2020, p. 201.

<sup>4</sup> PATSCHIKI, 2012.

<sup>5</sup> CALIL 2020.

«A observação mais detalhada desta rede delimita e afirma a penetração social de seu discurso, seja entre entidades da burguesia (...), bem como entidades da pequena burguesia (Associação Comercial de São Paulo, Instituto Federalista, etc.), religiosas (TFP, blogs e sites cristãos), de associações pró-família (talvez os mais enfáticos em reproduzir os argumentos do MSM sobre a “crise da humanidade”), etc. Afirmando diferentes frentes que intencionam a “contrarrevolução” moral do homem o MSM atua tanto em sua rede extrapartidária quanto através desta buscando a formação consciente de uma base militante, “combatente”, em uma série de trincheiras (baseando-se em diferentes instituições tomadas como “decadentes”, como a Igreja, a religião cristã, a família, o exército, etc) contra uma guerra “cultural” que perpassaria e contaminaria a totalidade do corpo social»<sup>6</sup>.

A Associação Comercial de São Paulo, dirigida por Guilherme Afif Domingos (Secretário da Micro e Pequena Empresa no governo Dilma Rousseff entre 2013 e 2015) teve um papel fundamental na projeção de Olavo de Carvalho e de suas ideias, abrindo as páginas do jornal Diário do Comércio, na qual Carvalho manteve coluna regular até 2016 e publicando diversos livros que reuniam estes artigos. Na introdução de um deles, Afif Domingos endossava abertamente a posição de Carvalho em relação ao suposto domínio ideológico comunista, afirmando que «o que se assiste no Brasil é a predominância quase esmagadora, tanto na mídia como nos ambientes universitários, de uma única corrente de pensamento»<sup>7</sup>. As páginas do Diário do Comércio permitiram a Carvalho aprofundar seus laços com a pequena burguesia, camada social que constituiria a principal base de massas e eleitoral do bolsonarismo e que no contexto da pandemia se mobilizaria ativamente contra as políticas de isolamento social, promovendo as chamadas «carreatas da morte» (contra as medidas de isolamento social).

Em termos políticos, a rede de relações construída por Carvalho já prenunciava a aliança de forças que sustentaria o bolsonarismo. Patschiki identifica laços sistemáticos com o movimento Escola sem Partido (constituído em 2004), o Instituto Mises Brasil (criado em 2007), com grupos militares negacionistas da ditadura brasileira e lideranças fundamentalistas ligadas à Igreja Católica e a diversas denominações pentecostais e neopentecostais.

O pensamento propagado por Carvalho estrutura-se como uma grande teoria da conspiração, na qual o elemento central organizador é a tese de que, nos marcos de um suposto «marxismo cultural», estaria em curso o plano de

---

<sup>6</sup> PATSCHIKI 2012, p. 223.

<sup>7</sup> AFIF DOMINGOS 2007, p. 3.

dominação marxista através do desenvolvimento de uma «revolução gramscista». O revolucionário sardo é uma obsessão de Carvalho desde a publicação de *A nova era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci*, em 1993. De acordo com Leonardo cientista social Puglia, o nome de Gramsci aparece «318 vezes se somarmos as quatro obras mais influentes publicadas pelo autor<sup>8</sup>. Para Carvalho, o «gramscismo» seria um vírus altamente contagioso, de «caráter sorrateiro e manipulador, destinado a fazer outras classes aceitarem o domínio comunista sem ter consciência do processo<sup>9</sup>. A partir deste marco geral, Carvalho propugnava que a estratégia «gramscista» estaria baseada na «destruição da família» e na imposição de uma «ditadura gayzista», e que o agente promotor esta estratégia seria «Foro de São Paulo» (organização que reúne os partidos de centro-esquerda latino-americanos). A despeito da variedade de temas e do caráter inusitado de alguns, o virulento anticomunismo é seu estruturador central, como já identificava Patschiki:

«O anticomunismo foi o elemento unificador de todos os intelectuais do MSM, é o fio condutor de toda sua ação política, que escapa do simples discurso, pois apropria-se deste para a atuação efetiva, para seu posicionamento estratégico, sob a forma da guerra de posições. Institui-se, desta forma, uma rede partidária que redimensiona e amplifica o seu alcance político, articulando uma série de grupos políticos conservadores e reacionários em uma perspectiva ofensiva<sup>10</sup>».

Com perspectiva semelhante, o Escola sem Partido (ESP) constituiu-se em 2004, tendo como eixo principal a denúncia da «infiltração comunista» nas escolas e transportando para o ambiente escolar a mesma abordagem que Carvalho direcionava à imprensa. Sua intervenção organizou-se em torno da denúncia contra professores supostamente «doutrinadores» e materiais didáticos «esquerdistas». Constituindo-se essencialmente como movimento anticomunista, ao longo dos primeiros anos de sua trajetória o ESP teve uma difusão limitada. No entanto, ganharia maior impulso a partir de 2010 com a adoção do eixo moral, ao criticar o Programa Brasil sem Homofobia e designar seu material didático-educacional como «kit gay», e em virtude da aproximação com a família Bolsonaro, que em 2014 permitiria a apresentação de projetos de lei baseados no Escola sem Partido na Câmara de Vereadores

---

<sup>8</sup> PUGLIA 2018, 42.

<sup>9</sup> PATSCHIKI 2012, 48.

<sup>10</sup> Ivi, p. 232

do Rio de Janeiro (Carlos Bolsonaro) e na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Flávio Bolsonaro)<sup>11</sup>. A interdição do debate de gênero – sob o pretexto do enfrentamento à propagação de uma suposta «ideologia de gênero» – foi decisiva para a consolidação da força do ESP e sua articulação com setores fundamentalistas da Igreja Católica (ligados à Renovação Carismática), pentecostais e neopentecostais. Trata-se de um movimento fundamental na projeção de Jair Bolsonaro, que, em sua campanha presidencial de 2018 utilizou-se fartamente da crítica à «ideologia de gênero» e à «ditadura gayzista», propagando diversas *fake news* relacionadas a estas temáticas.

O Instituto Mises Brasil (IMB) foi constituído em 2007 e dá conta de outro pilar do que posteriormente constituiria o bolsonarismo: o ultraliberalismo econômico. A pesquisa do historiador Raphael dal Pai investigou a constituição e atuação política do Instituto Ludwig von Mises Brasil, um APH «anarcocapitalista» que defende a liberdade econômica ilimitada. O IMB constituiu sua rede de relações com organizações como o Instituto Millenium, o Instituto Liberal, o Movimento Brasil Livre, o Instituto Ling, o Partido Novo e o Atlas Network<sup>12</sup>. O IMB atuou sobretudo através da internet, disseminando valores ultraliberais e realizando uma formação política condizente com este ideário. Sua atuação é marcada pela disseminação de textos pretensamente «teóricos» e de «formação», com cursos de verão destinados à formação de intelectuais orgânicos disseminadores do ultraliberalismo. Um elemento destacado de sua atuação é o ataque às liberdades democráticas sempre que representem um entrave ao irrestrito desenvolvimento capitalista, como indica Dal Pai:

«Os ataques à democracia representativa se inserem em um quadro de contestação do neoliberalismo. O apelo por “menos democracia” se relaciona com a necessidade de conter as manifestações que pedem “para se acabar com algo que chamam de ‘capitalismo excludente’ ou ‘capitalismo selvagem’”. O ponto também se articula com a argumentação de que a crise é o resultado da intervenção dos governos na economia. Neste sentido, a “saída para a crise” seria “mais capitalismo” ou então uma forma “pura” de capitalismo representado pela defesa do “livre mercado irrestrito”. O avanço do neoliberalismo no Brasil se articula com os ataques à democracia liberal, vista pelos intelectuais da chamada Escola Austríaca de Economia, e pelos

---

<sup>11</sup> MOURA 2016, p. 21.

<sup>12</sup> DAL PAI 2017, p. 203.

articuladores do IMB, como um entrave ao acirramento das relações capitalistas de produção»<sup>13</sup>.

Também no campo da defesa do ultraliberalismo econômico, mas com capacidade de mobilização social muito superior ao IMB, se constituiria em 2013 o Movimento Brasil Livre (MBL), a partir de uma organização anterior, o Estudantes pela Liberdade (EPL), seção brasileira do Students for Liberty. O EPL foi constituído em 2012, com volumoso investimento de fundações conservadoras estadunidenses. Sua ação política se desdobraria no ano seguinte na fundação do MBL, tendo em vista o interesse de seus criadores em contar com uma organização que pudesse promover manifestações abertamente políticas (algo que o EPL não podia realizar, por receber financiamento estadunidense). De acordo com o historiador João Elter Miranda, «o MBL seria o braço de atuação do Estudantes pela Liberdade (EPL) em manifestações de rua. Essa instituição seria a versão brasileira da organização internacional Students for Liberty, ligada à Atlas Newtword, com ligações também com organizações burguesas brasileiras, como o Instituto Millenium»<sup>14</sup>. O MBL ganhou força a partir de 2014 e especialmente de 2015, assumindo um discurso anticorrupção e antiestatista, com forte presença nas marchas contra a presidenta Dilma Rousseff.

Certamente as quatro organizações citadas não esgotam o universo de aparelhos privados de hegemonia constituídos para a disseminação de visões conservadoras, antipopulares, anticomunistas, antifeministas e ultraliberais que proliferaram no período. O historiador Flávio Calheiros Casimiro, autor da mais importante obra sobre a «nova direita» no Brasil, propõe que os APHs que constituem a «nova direita» se estruturam em dois grandes grupos: aparelhos de ação estrutural, voltados para a reconfiguração da ossatura do estado (ou seja, da imposição das reformas ultraliberais) e aparelhos voltados à ação doutrinária, consenso e sociabilidade do capital<sup>15</sup>. O primeiro grupo incluiria o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Empresarial (IEDI, fundado em 1989), o Instituto Atlântico (criado em 1991), o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE, criado por João Dória em 2001) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC, também criado em 2001). Estas entidades, comandadas pela grande burguesia, tinham como principal tarefa a reconfiguração ultraliberal do Estado brasileiro e não estão diretamente relacionados com a

---

<sup>13</sup> Ivi, p. 111.

<sup>14</sup> MIRANDA 2019.

<sup>15</sup> CASIMIRO 2018.

posterior emergência do bolsonarismo. Ainda assim, o conjunto de valores ideológicos por elas propagado – centrado em termos como competição, meritocracia e empreendedorismo – foi integralmente assimilado pelo bolsonarismo, constituindo um de seus eixos fundamentais. Já o segundo grupo tem relação direta com o conjunto de ideias que constituiria o bolsonarismo, e inclui os já citados Instituto Mises Brasil e Movimento Brasil Livre, e ainda o Instituto Liberal, constituído no início dos anos 1980 e considerado por Casimiro «o precursor dos aparelhos privados de ação doutrinária de difusão do liberalismo no Brasil»<sup>16</sup>; o Instituto de Estudos Empresariais (IEE, fundado nos anos 1980 e que desde 1988 promove o Fórum da Liberdade, um dos mais importantes eventos de propagação do pensamento ultraliberal) e o Instituto Millenium, o mais vasto aparelho liberal voltado à produção do consenso, constituído em 2006 durante o Fórum da Liberdade.

Este conjunto de iniciativas permite compreender que o avanço conservador não foi algo repentino nem tampouco espontâneo. Trata-se, ao contrário do resultado de um sistemático investimento na disseminação de visões ideológicas individualistas, conservadoras, moralistas, empreendedoristas, privatistas e meritocráticas. Articuladamente, fizeram avançar concepções baseadas em um conservadorismo social e moral, permeado de concepções machistas, misóginas e homofóbicas, contando com expressivos recursos e sólida estrutura organizativa. No entanto, há outro aspecto que precisa ser levado em conta para compreender a intensidade com que as ideias conservadoras avançaram: a falta de resistências por parte do campo popular, decorrente da fragilidade das organizações e aparelhos vinculados às classes trabalhadoras, causada pela institucionalização e transformismo do Partido dos Trabalhadores (PT) e que se estendeu às organizações por ele dirigidas, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os sindicatos a ela filiados. Além disso, a esquerda era fragilizada no embate ideológico em virtude das contradições dos governos conduzidos pelo PT, que se apresentavam como de esquerda mas desmobilizavam as organizações populares, apostavam na conciliação pelo alto e recusavam uma perspectiva classista e até mesmo a contestação aberta às visões mais conservadoras.

A pesquisa da jornalista Rosana Pinheiro Machado sobre a adesão de setores populares ao bolsonarismo corrobora a interpretação de que a

---

<sup>16</sup> Ivi, p. 260.

desestruturação das organizações dos trabalhadores abriu caminho para o avanço bolsonarista. Segundo ela, nestes setores:

«A angústia, a violência e o desalento cotidiano foram vividos de maneira individual, já que os fóruns comunitários foram esvaziados. Não havia mais nenhuma política de base de esquerda no cotidiano da periferia. O que restou então? Uma mídia hegemônica que apenas batia na corrupção do PT, igrejas evangélicas oferecendo conforto, e um candidato autoritário prometendo, pelo *whatsapp*, revolucionar o país»<sup>17</sup>.

Os governos petistas sustentaram-se politicamente em vastas alianças com setores conservadores como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), concedendo-lhes posições de poder. Neste contexto, enquanto qualquer proposta do governo que indicasse algum avanço progressista (como o já citado Programa Brasil sem Homofobia) era bloqueada, os grupos mais reacionários se fortaleciam. Assim, não é de estranhar que parte significativa destes grupos que participaram dos governos petistas posteriormente apoie e integre o governo Bolsonaro, como é o caso da própria IURD, e também de Afif Domingos – atual Assessor Especial de Empreendedorismo e Desburocratização do governo Bolsonaro.

Outro fator igualmente decisivo é o efeito ideológico do transformismo. O PT era identificado como principal partido de esquerda pelas classes trabalhadoras e por isto quando passou a reproduzir visões liberais, isto teve grande impacto ideológico. Como registrou o sociólogo Edmundo Fernandes Dias, antes do avanço conservador tomar a forma de manifestações de massa, a opção sistemática pelo não enfrentamento ideológico contra a direita cobraria elevado preço:

Partidos e movimentos radicalizados antes da sua chegada ao governo, chefiados por personagens de grande legitimidade política e social ao tomar posse, praticaram um programa absolutamente contrário ao que falavam antes. Decapitaram as direções dos subalternos, transformando-nas em administradores ditos modernizantes do Estado capitalista e os antigos *compagnons de route* e movimentos sociais antes partícipes do mesmo movimento são agora tratados como sabotadores, fracassomaníacos, etc. Participaram um giro de 180°, sem sequer ocultar o fato, embora negassem no plano dos discursos para as massas<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> PINHEIRO MACHADO 2019, p. 103.

<sup>18</sup> DIAS 2012, p. 154.

Já em 2006 – ano em que Lula foi reeleito com grande votação – Dias indicava claramente que não havia razão para otimismo, apontando que «as classes subalternas já foram, em grande medida, desorganizadas, e suas direções decapitadas» e que neste contexto «a contrarrevolução ameaça não apenas a desapareição da subjetividade antagonônica mas, levada a seu extremo, o que está em jogo é a própria liquidação física da classe antagonônica<sup>19</sup>. Certamente quando naquele momento falava em liquidação física da classe antagonônica, Dias não tinha como imaginar a dimensão da tragédia brasileira 14 anos depois. Mas o massacre cotidiano da população jovem negra e periférica, o crescimento da violência policial e a autonomização e impunidade das milícias constituídas no interior do aparato policial militar já eram uma realidade, tolerada pelo governo petista.

Isto se intensifica pela propagação por lideranças petistas de discursos que reproduzem a lógica liberal meritocrática e individualista. Um dos casos mais célebres é a manifestação do então prefeito de São Paulo (que em 2018 seria o candidato presidencial do PT), no auge das mobilizações populares de junho de 2013, quando confrontou os manifestantes e desqualificou sua principal reivindicação (o estabelecimento do passe livre no transporte público subsidiado com recursos públicos) através de um vocabulário estritamente liberal: «Tem tanta coisa que podia vir na frente, podia ser almoço grátis, jantar grátis, ida pra Disney grátis. Começa a ficar uma conversa que você não sabe aonde vai dar»<sup>20</sup>. Uma afirmação como esta tem grande impacto ideológico e contribui para a deslegitimação dos movimentos contestatários. Citando Dias uma vez mais, «trata-se da captura da subjetividade dos antagonistas»<sup>21</sup>.

Assim, de um lado a cooptação e desmobilização dos movimentos populares e sindicatos desarmou as resistências, e de outro difundiram-se discursos conciliadores e liberais propagados por dirigentes políticos identificados como «de esquerda». Foi neste contexto que os movimentos conservadores tomaram as ruas em 2015, impulsionaram a deposição de Dilma Rousseff em 2016 e culminaram na eleição de Bolsonaro em 2018.

Jair Bolsonaro era até 2015 um tradicional político de direita, conhecido por suas declarações machistas, racistas e homofóbicas. Eleito vereador no Rio de Janeiro em 1988 defendendo os interesses salariais dos militares, foi deputado federal entre 1991 e 2018. Bolsonaro era integrante do chamado

---

<sup>19</sup> DIAS 2006, p. 217.

<sup>20</sup> *Para conseguir passe livre em SP “é melhor eleger um mágico”, diz Haddad*, “Globo.com”, disponível em <https://tinyurl.com/yc69ccaf>, acessado em 11/12/2018.

<sup>21</sup> DIAS 2012, p. 129.

«baixo clero», constituído pelos parlamentares inexpressivos, eleitos por uma clientela fiel (no caso de Bolsonaro, os militares, muito numerosos no Rio de Janeiro) e que trocam apoio político por verbas de emendas parlamentares. Com poucos projetos apresentados ao longo de 27 anos de atividades parlamentar e quase nenhuma presença nos debates da Câmara, Bolsonaro causava incômodo pelo seu reacionarismo extremo, mas não parecia expressar uma ameaça nem se imaginava que poderia liderar um projeto fascistizante<sup>22</sup>. Ao longo de sua trajetória parlamentar, integrou inúmeros partidos conservadores tradicionais com fortes características fisiológicas (Partido Democrata Cristão, Partido Popular Renovador, Partido Progressista Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro<sup>23</sup>, Partido da Frente Liberal, Partido Progressista)<sup>24</sup>. Em 2016, já no contexto de explicitação e acirramento da ofensiva reacionária, Bolsonaro ingressou no Partido Social Cristão, legenda com forte presença de pastores evangélicos. Em 2017, firmou compromisso com o Partido Ecológico Nacional, que inclusive mudou de nome para Patriotas para receber Bolsonaro, mas mudou de ideia e ingressou no Partido Social Liberal.

Constituído em 1994, o Partido Social Liberal permaneceu duas décadas como partido de pouca expressão, uma típica «legenda de aluguel», muitas vezes utilizada por grupos políticos em eleições regionais, mas sem expressão ou identidade nacional. Na única eleição em que apresentou candidato à presidência, em 2006, seu fundador e principal líder, Luciano Bivar, obteve

---

<sup>22</sup> A mais notória liderança fascista nos anos 1990 foi Enéas Carneiro, candidato presidencial em 1989, 1994 e 1998, e eleito deputado federal em 2002 com mais de um milhão e meio de votos e reeleito em 2006, tendo falecido no ano seguinte. Carneiro esteve à frente da construção de um partido claramente antissistema (Partido de Reedificação da Ordem Nacional – PRONA), mas jamais contou com qualquer apoio da burguesia brasileira, que não se identificava com seu radical nacionalismo econômico.

<sup>23</sup> Embora tenha o mesmo nome e legenda, não se trata da mesma organização partidária de massas criada por Getúlio Vargas e que existiu entre 1945 e 1965. O Partido Trabalhista Brasileiro constituído em 1979 no contexto da transição pelo alto nos estertores da ditadura brasileira é uma organização política conservadora.

<sup>24</sup> Um elemento importante da dinâmica política são os partidos de aluguel, legendas sem uma ideologia definida, que sobrevivem negociando cargos e recursos em troca de apoio parlamentar. Embora alguns dos partidos citados (PPR, PPB, PFL e PP) tenham origem na antiga Aliança Renovadora Nacional, partido de sustentação da ditadura criado em 1965, também assumem uma dinâmica política fisiológica, em especial em sua atuação parlamentar.

irrisórios 62.064 votos (0,06% do total). Junto com Bolsonaro, ingressaram no PSL inúmeros policiais, delegados, militares e ex-militares, pastores, radialistas e diversos outros aventureiros dispostos a surfar na onda do bolsonarismo. O PSL não se configurou como um partido tipicamente fascista, restringindo-se à condição de legenda eleitoral, um partido sem organicidade, reconfigurado para abrigar a candidatura de Bolsonaro e eleger uma bancada parlamentar em seu apoio.

Entre 15 de março de 2015 e 13 de março de 2016 ocorreram cinco dias de manifestações nacionalmente unificadas contra a presidenta Dilma Rousseff. Foi a primeira vez desde 1964 que se realizaram grandes manifestações de massa com perfil claramente reacionário no Brasil. Embora disputando a hegemonia do movimento com o social-liberalismo representado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi neste terreno que as diversas correntes fascistas se unificaram sob o bolsonarismo. Como indica o historiador Marcelo Badaró Mattos, estas manifestações «acabaram por se constituir na base de sustentação social da emergência do neofascismo à brasileira<sup>25</sup>. De acordo com ele, o apoio ao bolsonarismo das classes médias – que constituíram a maior parte da massa de manifestantes – «combina-se, de forma indissociável, com um amálgama ideológico preconceituoso e reacionário que sustenta uma visão de status social superior<sup>26</sup>. Impossível não lembrar da referência de Gramsci ao «povo dos macacos», «que acredita ser superior a todos os outros povos da selva, que acredita possuir toda a inteligência, toda a intuição, todo o espírito revolucionário, toda a sabedoria de governo, etc., etc<sup>27</sup>. Mattos conclui indicando que «Há elementos suficientes para afirmar uma vinculação orgânica entre os movimentos de massas, com composição dominante de setores médios, que serviram de justificativa para o Golpe de 2016, e a base eleitoral de Bolsonaro em 2018<sup>28</sup>.

Os setores médios constituíram a principal base social do bolsonarismo, mas para triunfar nas eleições presidenciais era necessário avançar junto aos setores populares, e para isto a intervenção de diversas igrejas evangélicas e de setores da Igreja Católica foi determinante. A aproximação com os fundamentalistas religiosos tinha iniciado em 2014, através do apoio ao Escola sem Partido e apresentação dos diversos projetos de lei, que na Câmara

---

<sup>25</sup> MATTOS 2020, p. 182.

<sup>26</sup> Ivi, p. 190.

<sup>27</sup> GRAMSCI 2004, p. 21.

<sup>28</sup> MATTOS 2020, p. 202.

dos Deputados foram propostos por deputados vinculados à Frente Parlamentar Evangélica<sup>29</sup>. A passagem de Bolsonaro pelo PSC permitiu aprofundar esta aliança, selada com o batizado de Jair Bolsonaro no Rio Jordão, por um pastor evangélico e com as reiteradas críticas à suposta «ideologia de gênero». A articulação com o olavismo (de Olavo de Carvalho) complementaria este processo. Como indica Badaró Mattos, o clã Bolsonaro recorreu a Olavo de Carvalho, autointitulado «filósofo», na tentativa «de dotar o bolsonarismo de uma ‘filosofia’, no sentido de uma visão mais articulada e totalizante, que confere sentido a sua ação política»<sup>30</sup>.

As mobilizações culminaram com o afastamento de Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016. Para os políticos ligados ao PSDB, travava-se de mais um capítulo da polarização entre PT e PSDB que marcava a política brasileira desde 1994. No entanto, as manifestações de rua impulsionaram a constituição de um terceiro polo, fundado em uma retórica antiestablishment e que não titubeava em assumir posições extremistas como a defesa de «intervenção militar constitucional». Foi no bojo deste processo que em 2017 era possível ver uma clara mudança na configuração do espectro político brasileiro, presente sobretudo nas redes sociais, fartamente utilizadas pela extrema-direita. Como registrava então o «Monitor do debate político no meio digital», naquele momento a direita estava «estruturada em torno das páginas dos Bolsonaros e do MBL», articulando matrizes discursivas como o militarismo, o armamentismo, o «masculinismo» (misoginia), o patriotismo e o liberalismo/conservadorismo, na apreciação dos autores do estudo, «surpreendentemente indissociáveis enquanto comunidade de leitores, que inclui tanto os Institutos Mises e Liberal, o PSL e o NOVO quanto páginas como Jovens de Direita, Tradutores de Direita e Sempre Família»<sup>31</sup>.

Estava configurado o campo da extrema-direita, virulentamente anticomunista, «conservador nos costumes e liberal na economia» e que identificava em Jair Bolsonaro o «Mito» que conduziria uma contra-revolução conservadora. A candidatura presidencial de Bolsonaro reforçaria sua identificação com o fascismo, expressa no lema «Brasil acima de tudo, Deus acima de todos», que acrescentava o componente religioso expresso na segunda parte do slogan à tradução estrita do slogan nazista (*Deutschland über*

---

<sup>29</sup> MOURA 2016.

<sup>30</sup> MATTOS 2020, p. 172.

<sup>31</sup> Monitor do debate político nas redes sociais: Análise estrutural das páginas de direita no facebook, disponível em <http://bit.ly/2x4W22D>, consultado em 26/10/2020.

*alles*). Sua campanha eleitoral adotou também o slogan «Deus Pátria e Família», retomando literalmente o lema do integralismo, o principal movimento fascista histórico brasileiro que nos anos 1930 reuniu centenas de milhares de adeptos<sup>32</sup>. Bolsonaro escolheu como vice o general Hamilton Mourão, vinculado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), que a despeito da exótica designação, congrega basicamente militares e grupos de extrema-direita, incluindo neointegralistas. Apoiado apenas por dois partidos de reduzida expressão e base parlamentar insignificante, Bolsonaro teve direito a apenas 8 segundos no programa eleitoral gratuito de rádio e televisão, o que ajudou a reforçar seu discurso antissistema, utilizando-se fartamente das redes sociais, com uma agressiva estratégia de comunicação baseada na propagação de informações inverídicas, sob assessoria de Steve Bannon. Sua campanha foi baseada no anticomunismo e no pânico moral, propagando a ameaça de uma «ditadura gayzista» e divulgando que os governos do Partido dos Trabalhadores distribuía mamadeira com o bico em forma de pênis para «promover o homossexualismo». Utilizando-se deste discurso e destes métodos, Bolsonaro obteve 49.277.010 votos no primeiro turno (46.03% dos votos válidos) e 57.797.847 votos no segundo turno (55.13%). Como os votos brancos e nulos alcançaram quase 9%, em relação ao total de votantes Bolsonaro atingiu 49.85%, e em relação ao total de eleitores aptos a votar, atingiu 39.2% (o voto é obrigatório no Brasil, mas a abstenção no segundo turno foi de 21.3%). Além disso, o PSL elegeu 52 deputados (10.14% do total) e 4 senadores (7% das vagas em disputa), com destaque para a eleição dos filhos de Jair Bolsonaro, Flávio ao Senado e de Eduardo à Câmara dos Deputados. Já o PRTB não elegeu um único deputado. Apesar do crescimento extraordinário do PSL (que em 2014 elegeu apenas um deputado), os resultados deixaram Bolsonaro sem maioria parlamentar. O PT foi o partido que elegeu maior número de cadeiras (54), o que também representa pouco mais de 10%. No total, 30 partidos elegeram parlamentares (no Brasil não há cláusula de barreira), e esta fragmentação fortalece o grupo de partidos conservadores que negocia apoio em troca de cargos e da liberação de emendas parlamentares, o chamado «Centrão». A fragilidade e os conflitos internos em seu partido e as dificuldades em conciliar um discurso antissistema com as negociações para obter apoio do Centrão estão entre os problemas que Bolsonaro teve que enfrentar desde o início de seu governo.

---

<sup>32</sup> CALIL 2005.

## 2. *Bolsonaro, (neo)fascismo e fascistização*

A discussão anterior nos indica que Bolsonaro ascendeu como liderança política se impondo como principal referência de um conjunto vasto e diversificado de organizações e movimentos de direita e extrema-direita. Mas efetivamente é pertinente o uso da categoria fascismo para designar o presidente brasileiro e seu governo? Nossa hipótese é que Bolsonaro pode ser qualificado como fascista (ou neofascista) e que embora seu governo não seja estritamente fascista, tem forte componente fascistizante. No entanto, para afirmar isto, é necessário antes referir brevemente o debate conceitual, ainda que não seja nosso objetivo neste artigo realizar um balanço historiográfico e teórico-conceitual exaustivo, mas apenas referir sumariamente o debate e propor alguns critérios gerais de definição.

Uma primeira dificuldade é o uso abusivo do conceito, que ocorre quando o termo é usado de forma imprecisa, designando como «fascistas» líderes, movimentos, governos e regimes de características muito distintas. O recorrente uso do termo como adjetivo desqualificador, sem que se observe um mínimo de rigor conceitual, dificulta a compreensão do processo. Por outro lado, abordagens que proponham excessiva restrição espacial e temporal da abrangência do conceito de fascismo – limitando sua utilização ao Entreguerras e à I Guerra Mundial e apenas à Itália e Alemanha (ou, no máximo, à Europa Ocidental) – diminuem demasiadamente o potencial analítico da categoria, com risco de reduzi-la a mero descritor de situações particulares. Estas perspectivas radicalmente historicistas são bastante presentes na historiografia sobre o fascismo. O filósofo Gianni Fresu aponta Renzo de Felice, um dos principais historiadores do fascismo, como exemplo desta perspectiva, com a definição de que «o fascismo é um dos grandes fenômenos do século XX, ele não é dilatável para além da Europa e do período temporal do entreguerras»<sup>33</sup>. O cientista político Armando Boito indica que «o historicismo está presente também em algumas tradições marxistas»<sup>34</sup>, embora tal perspectiva pareça pouco compatível com a perspectiva de totalidade que define o marxismo.

Entendemos, ao contrário, que é necessário identificar a especificidade que define o fascismo, distinguindo-o de outras formas de pensamento e manifestação de movimentos de direita, sem perder de vista que em processos históricos concretos, um mesmo conteúdo pode assumir formas específicas

---

<sup>33</sup> FRESU 2017, 81.

<sup>34</sup> BOITO 2020b, p. 113.

distintas. Em nosso entendimento, essa especificidade remete à articulação entre dois componentes: um núcleo ideológico reacionário (que é muitas vezes compartilhado com diversos outros movimentos reacionários não fascistas) e uma forma particular de organização que o diferencia. Quanto à primeira questão, há incontáveis proposições de quantos e quais seriam os elementos que configuram um «fascismo mínimo», abarcando anticomunismo, antiliberalismo político, ultranacionalismo, discurso antissistema e antipartido, criação de inimigos sociais, elitismo, estadolatria, anti-intelectualismo, denúncia do grande capital, militarismo e armamentismo e veneração ao líder / mito. Estes elementos se combinam de formas variadas e com distintos pesos específicos em cada experiência fascista. Um exemplo claro é a criação de inimigos sociais, uma característica que é presente em todos os movimentos fascistas, mas que assume conteúdos muito variados, podendo por exemplo abarcar judeus, islâmicos<sup>35</sup> ou cristãos, de acordo com os diferentes contextos específicos. Outros elementos, como o racismo, costumam estar presentes, mas também assumem diferentes formas, podendo se dirigir a grupos étnicos específicos ou a imigrantes de forma mais ampliada.

Não é difícil identificar o quanto este conjunto de características ideológicas está presente no bolsonarismo, mas há uma objeção legítima que é bastante comum: pode o bolsonarismo ser considerado nacionalista, mesmo propondo uma política econômica ultraliberal. Para a cientista política Luciana Aliaga, por exemplo, o bolsonarismo representa uma «restauração do colonialismo em todas as suas determinações, tanto no que se refere à subalternidade ao Império, ao imperialismo, quanto aos preconceitos de classe, de raça, de gênero»<sup>36</sup>. Em contraposição, Armando Boito argumenta que a execução de uma política econômica entreguista (de subordinação aos interesses imperialistas) não significa inexistência de nacionalismo, tendo em vista as múltiplas dimensões que pode assumir. O autor argumenta que o bolsonarismo se configura como movimento nacionalista ao propagar uma noção de nação como um todo homogêneo, como unidade política e como ideia: «O nacionalismo de Bolsonaro tem substância própria e pode, a justo título, reivindicar-se nacionalista. Não se trata de um discurso usurpador. Por que? Porque existem vários tipos de nacionalismo e todos eles, sem exceção,

---

<sup>35</sup> Exemplo notável ocorreu no Front National (atual Rassemblement National), onde o antissemitismo de Jean Marie Le Pen foi substituído pela islamofobia de Marine Le Pen, com ambos cumprindo um mesmo semelhante ao criarem inimigos sociais.

<sup>36</sup> ALIAGA 2020, 1h41'40".

descendem de um tronco comum. O tronco comum é a ideia de nação que todos os nacionalismos compartilham, a despeito de poderem, na luta de ideias e na luta prática, colocarem-se em campos opostos»<sup>37</sup>. A configuração deste nacionalismo se assenta justamente na exclusão e perseguição dos grupos mencionados por Aliaga: «O nacionalismo do Governo Bolsonaro e do bolsonarismo é um nacionalismo de tipo fascista. Ele consiste em lançar contra os movimentos de trabalhadores, de mulheres, de negros, contra a população indígena e LGBT a acusação de que estão dividindo e conspurcando a nação»<sup>38</sup>.

A rigor, não se trata de um fenômeno novo. Mesmo o integralismo brasileiro, forma histórica clássica do fascismo brasileiro, não chegou a ter um programa econômico claramente nacionalista nos anos 1930, e a partir de 1945, mantendo-se estritamente como movimento fascista, passou a defender posições claramente ultraliberais que poderíamos caracterizar como entreguistas, como já demonstramos em outro momento<sup>39</sup>. Reivindicando o «destino histórico», as «tradições brasileiras» e a «peculiaridade nacional», o nacionalismo integralista concentrava-se em aspectos culturais: «Dissociado de qualquer conotação econômica, o nacionalismo integralista se restringia à comemoração de datas nacional e ao enaltecimento dos “heróis pátrios”», ao mesmo tempo em que proferia «constantes ataques à intervenção do Estado na economia, às políticas industrializantes e às empresas estatais, defendendo, em contraposição, a abertura da economia, o fortalecimento das empresas privadas e a desregulamentação das relações econômicas»<sup>40</sup>. Depois do integralismo e pouco antes da emergência do bolsonarismo, tivemos um movimento fascista que defendia a adoção de políticas econômicas nacionalistas e até mesmo a construção da bomba atômica brasileira. Este movimento, liderado por Eneas Carneiro e organizado em torno do Partido da Reedificação da Ordem Nacional, jamais contou com expressivos apoios dos grupos econômicos dominantes, o que é bastante revelador das opções econômicas da grande burguesia brasileira. O próprio Bolsonaro, quando ainda era um obscuro deputado do baixo clero, defendia a manutenção de empresas estatais, tendo chegado a defender o fuzilamento do presidente

---

<sup>37</sup> BOITO 2020a, p. 231.

<sup>38</sup> Ivi, p. 234.

<sup>39</sup> CALIL 2005, pp. 736-742 e CALIL 2013.

<sup>40</sup> CALIL 2013, pp. 42-43.

Fernando Henrique Cardoso por conta das privatizações<sup>41</sup>. O fato de ter mudado não significa que tenha se tornado menos fascista, mas que tenha adaptado seu fascismo às condições exigidas pela classe dominante brasileira.

A constelação ideológica reacionária é elemento necessário mas não suficiente para uma definição do fascismo, pois é compartilhada por outros movimentos (e mesmo, regimes) conservadores. As ditaduras militares latino-americanas de Terror de Estado, por exemplo, compartilhavam muitos deles, nos marcos da Doutrina de Segurança Nacional. O que distingue o fascismo destas ditaduras é sua forma particular de organização, calcada na perspectiva de mobilização ativa e miliciana de seus adeptos. Enquanto as ditaduras militares sustentavam a dominação através da desmobilização repressiva, o fascismo trilha um percurso distinto, organizando seus adeptos em milícias e grupos violentos que promovem de forma ativa a violência e produzem agressões aos sindicatos, organizações camponesas e partidos de esquerda, desde antes de chegarem ao poder.

Uma das características fundamentais do fascismo é sua base social essencialmente pequeno burguesa. Ainda que apresentando-se como movimento de «todo o povo» ou como expressão «da nação», são essencialmente pequenos proprietários que são arregimentados pelo fascismo. Historicamente, o fascismo cumpriu a função política de colocar a pequena burguesia na defesa do capitalismo e de uma alternativa reacionária em resposta a um contexto de crise. Tal função política é da maior importância, tendo em vista que os pequenos proprietários sentem intensamente os efeitos da crise econômica capitalista e sem o fascismo poderiam reagir a ela assumindo uma atitude revolucionária. O comportamento político dos pequenos proprietários é contraditório, tendo em vista que sua posição material é marcada por uma contradição insuperável, já que enquanto proprietários, possuem um elemento de identificação com a burguesia, mas ao contrário dela dependem do próprio trabalho (e muitas vezes também do trabalho de seus familiares), para manter seu negócio, e por isto sua experiência propicia também um elemento de potencial identificação com a classe trabalhadora e seu projeto histórico. Não sendo uma das classes fundamentais, a pequena burguesia é historicamente incapaz de ter um projeto global e consistente, e portanto embora com pretensões de autonomia, sua ação sempre se articula a uma das classes fundamentais. Nas palavras de Gramsci, é uma classe «fundamentalmente incapaz de

---

<sup>41</sup> Cf: *Câmara estuda punição a deputado que atacou FHC*, “Fohla de S. Paulo”, disponível em <https://tinyurl.com/w747sfac>, consultado em 27/12/2020.

desempenhar qualquer tarefa histórica»<sup>42</sup>. Todas as experiências históricas mostram que, por servirem ao grande capital, os regimes fascistas acabam frustrando as expectativas de sua original base social pequeno burguesa, mas isto não anula o papel determinante que ela tem na construção dos movimentos fascistas. Na precisa definição proposta por Gramsci em março de 1921 este aspecto é destacado em articulação com o culto à violência e ao armamentismo, que hoje constitui uma característica central do bolsonarismo:

«O que é o fascismo, visto numa escala internacional? É a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadoras e de tiros de pistola. (...) Existe em todos os países um estrato da população – a pequena e média burguesia que considera ser possível resolver estes gigantescos problemas com metralhadoras e pistolas. É este estrato que alimenta o fascismo, que fornece seus efetivos»<sup>43</sup>.

Um elemento central da interpretação de Gramsci sobre a ascensão do fascismo é constituído pela sua crítica à estratégia seguida pelo Partido Socialista, e que se desdobrava na política sindical adotada pela Confederazione General del Lavoro. A perspectiva de colaboração com forças políticas não revolucionárias, a compreensão do fascismo como mero fenômeno eleitoral e a assinatura do Pacto de Roma, através do qual socialistas e fascistas comprometiam-se a evitar agressões e ataques mútuos eram compreendidos por Gramsci como expressões de uma «orientação cega e politicamente desastrosa»<sup>44</sup>. A adesão das lideranças sindicais a uma perspectiva apaziguadora e de colaboração de classes («Esses homens não vivem mais para a luta de classes») <sup>45</sup> os tornava impotentes e incapazes de organizar a resistência ao fascismo, já que «as massas não mais obedecem aos líderes que as abandonaram covardemente no momento do perigo e dos massacres»<sup>46</sup>.

É também imprescindível distinguir entre a dinâmica constitutiva dos movimentos fascistas e as adaptações que são próprias ao processo de institucionalização, adaptação e arranjo produzidas no contexto da constituição de regimes fascistas. Por captarem os anseios e frustrações da

---

<sup>42</sup> GRAMSCI 2004, p. 23.

<sup>43</sup> Ivi, p. 46.

<sup>44</sup> Ivi, p. 91.

<sup>45</sup> Ivi, p. 41.

<sup>46</sup> Ivi, p. 72.

pequena burguesia em contexto de crise econômica – e muitas vezes também de crises políticas que se expressam na perda de representatividade dos tradicionais partidos burgueses – os movimentos fascistas tem que se apresentar como antissistêmicos, como inimigos da ordem vigente, como denunciadores da grande imprensa, como negadores da «velha política» vigente. Forjar uma aparência pretensamente «revolucionária» é imprescindível, pois diferentemente dos tradicionais movimentos conservadores, sua matéria prima é o descontentamento e a revolta, e por isto os fascistas não podem simplesmente defender a manutenção da ordem vigente. Por isto, embora seu conteúdo social seja reacionário, o fascismo se apresenta como expressão da revolta popular. Como indicou o psiquiatra alemão Wilhelm Reich, «O fascismo é sempre e em toda a parte um movimento apoiado nas massas. (...) Não é, como geralmente se vê, um movimento exclusivamente reacionário, mas sim um amálgama de sentimentos de revolta e ideias sociais reacionárias»<sup>47</sup>.

A consolidação de regimes fascistas é sempre precedida por um amplo arranjo de compromisso com as velhas classes dirigentes e também com os grandes grupos econômicos, o que inclusive produz a necessidade de uma depuração e ajustamento do movimento fascista. É verdade que o fascismo jamais foi estritamente puro e sempre esforçou-se para ocultar suas inegáveis contradições, como indica o fato de que os parlamentares fascistas eleitos pelos fascistas na Itália em maio de 1921 integravam o Bloco Nacional, aliança comandada por Giovanni Giolitti que podia facilmente ser identificada como expressão da «velha política» que discursivamente os fascistas denunciavam. Mas ao longo do processo de fascistização, para consolidar um regime fascista, era necessário mais, e a reconfiguração do Estado operada pelo fascismo contemplou os interesses do grande capital monopolista e incorporou grande parte das tradicionais classes dirigentes, ainda que isto tenha ensejado reações, rupturas e depurações entre os seus adeptos de primeira hora. Esta depuração, que se deu de forma gradual e lenta na Itália entre 1922 e 1926, ocorreu de maneira abrupta na Alemanha, com a Noite das Longas Facas, massacre ordenado por Hitler e executado pelas tropas de elite do exército alemão (S.S.) em 30 de junho de 1934, que liquidou fisicamente as *Sturmabteilung* (ou S.A.), organização comandada por Ernst Röhm e Gregor Strasser. As S.A. constituíam-se como tropas de assalto e foram fundamentais na ascensão do nazismo, mas tornaram-se um obstáculo

---

<sup>47</sup> REICH 1988, p. XX.

ao se oporem e denunciarem os acordos entre Hitler o grande capital financeiro e reivindicarem que o nazismo mantivesse um perfil «popular».

Outro aspecto bastante característico que se verifica em diversos processos históricos desde a ascensão do fascismo na Itália é a relação contraditória estabelecida com o Estado democrático-liberal. Aqui, a contradição não é propriamente do fascismo, que ataca sistematicamente o Estado democrático-liberal, mas das instituições deste Estado, que são reiteradamente omissas e/ou cúmplices com os ataques fascistas, garantindo-lhe muitas facilidades. É notável a omissão dos sistemas judiciários em relação aos crimes promovidos pelos fascistas e a tolerância dos políticos liberais com as agressões e provocações perpetuadas pelo fascismo. Como Gramsci indicava, ainda em 1921, trata-se de uma cumplicidade ativa do aparato repressivo e do Judiciário, apoiada também pelos políticos e partidos que constituíam a tão atacada «velha política»: «Os fascistas só puderam realizar suas atividades porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública (delegados de polícia, guardas-régias, carabineiros) e da Magistratura, tornaram-se seus cúmplices morais e materiais»<sup>48</sup>.

A reflexão do jovem Gramsci é especialmente importante aqui, pois ela acompanha o processo de ascensão do fascismo e as primeiras etapas da fascistização do Estado italiano. Ainda assim, vale registrar que ela se complementa com a reflexão produzida no cárcere, que compreende o fascismo como uma das formas específicas de Revolução Passiva. Para dimensionar corretamente a relação entre os diferentes momentos da reflexão gramsciana, é fundamental enfatizar, como lembra Fresu, que não há «descontinuidade entre as reflexões precedentes e aquelas que se seguiram à prisão do intelectual comunista», e que isto é especialmente verdadeiro no que se refere à análise do fascismo: «É exatamente em torno do fascismo (embora não só) que a tese da descontinuidade demonstra toda a sua fraqueza conceitual»<sup>49</sup>. Definida como uma «revolução sem revolução»<sup>50</sup>, a Revolução Passiva constituiria um processo de transformação conduzido pelo alto e sob controle dos antigos grupos dirigentes, que se fortaleceriam através do «transformismo», que propiciaria «l'elaborazione di una sempre piú larga classe dirigente», obtida «com l'assorbimento graduale, ma continuo e ottenuto con metodi diversi nella loro eficácia, degli elementi attivi sorti dai

---

<sup>48</sup> GRAMSCI 2004, p. 66.

<sup>49</sup> FRESU 2017, p. 216.

<sup>50</sup> GRAMSCI 2014, p. 2011.

gruppi alleati e anche da quelli avversari e che parevano irconciliabilmente nemici»<sup>51</sup>, submetidos a uma atividade hegemônica do grupo dirigente.

Gramsci se perguntava, em texto escrito entre 1931 e 1932, se o fascismo não seria «precisamente la forma di ‘rivoluzione passiva’ propria del secolo XX come il liberalismo lo è stato del secolo XIX», respondendo positivamente e propondo que «la rivoluzione passiva si vericherebbe nel fato di trasformare la struttura economica ‘riformisticamente’ da individualistica a economia secondo un piano (economia diretta) e l’avvento di una ‘economia media’ tra quella individualistica pura e quella secondo un piano in senso integrale, permettendole il passaggio a forme politiche e culturale più progredite senza cataclismi radicali e distruttivi in forma sterminatrice»<sup>52</sup>. Esta perspectiva é reafirmada no Caderno 10, novamente a partir de uma indagação: «Ma nelle condizone attuali il movimento corrispondente a quello del liberalismo moderato e conservatore non sarebbe più precisamente il movimento fascista? Forse non è senza significato che nei primi anni del suo sviluppo il fascismo affermasse di riannodarsi alla tradizione della vecchia destra o destra storica»<sup>53</sup>. Nesta perspectiva, o fascismo constituiria uma revolução passiva:

«per l’intervento legislativo dello Stato e attraverso l’organizzazione corporativa, nella struttura economica del paese verrebbero introdotte modificazioni più o meno profonde per accentuare l’elemento “piano di produzione”, verrebbe accentuata cioè la socializzazione e cooperazione della produzione senza per ciò toccare (o limitandosi solo a regolare e controllare) l’appropriazione individuale e di gruppo del profitto. Nel quadro concreto dei rapporti sociali italiani questa potrebbe essere l’unica soluzione per sviluppare le forze produttive dell’industria sotto la direzione delle classi dirigenti tradizionali, in concorrenza con le più avanzate formazioni industriali di paesi che monopolizzano le materie prime e hanno accumulato capitali imponenti»<sup>54</sup>.

O conceito é discutido pelo cientista político Álvaro Bianchi, que enfatiza que na interpretação de Gramsci, entendido como uma expressão da Revolução Passiva, o fascismo constituiria «uma solução capitalista para a crise do capitalismo»<sup>55</sup>, sendo o fascismo simultaneamente uma reação anti-

---

<sup>51</sup> Ivi, p. 2011.

<sup>52</sup> Ivi, p. 1089.

<sup>53</sup> Ivi, pp. 1227-8.

<sup>54</sup> Ivi, p. 1228.

<sup>55</sup> BIANCHI 2006, p. 51.

operária e um agente da modernização do aparelho produtivo, constituindo para as classes dominantes uma alternativa que unifica economia e política, sociedade e Estado. No mesmo sentido, o cientista político Marcos del Roio considera que «O fascismo é um regime reacionário com base de massas na pequena burguesia, mas pode ser mais que isso, pode ser uma reordenação progressiva da dominação burguesa ao incorporar elementos do capitalismo mais avançado, que se expressaria no impulso à industrialização, ao planejamento, à organização científica do trabalho, o fordismo/taylorismo»<sup>56</sup>. Para o autor, «O fascismo, enfim, pode ser considerado como uma revolução passiva por ter reordenado o Estado e a economia, as próprias classes sociais conduzindo a Itália a novo patamar de desenvolvimento capitalista»<sup>57</sup>. Del Roio vai além: por considerar o fascismo, enquanto Revolução Passiva, um agente impulsionador do desenvolvimento capitalista, recusa a utilização do conceito para a América Latina periférica e dependente:

«Analizar parte de la realidad actual de nuestra América a través del uso de las categorías de fascismo o revolución pasiva es una inversión de alto riesgo. Los regimenes que expresan variantes institucionalizadas de la dictadura del gran capital son francamente reaccionarios y no tienen una base de masas organizada. La tendencia es agravar seriamente la situación colonial y no alimentar los delirios del poder imperial. Entonces, en el caso específico de Brasil, es un error identificar a los gobiernos del PT con una revolución pasiva, así como al (des)gobierno Bolsonaro como neofascista»<sup>58</sup>.

A análise de del Roio leva em consideração que a análise de Gramsci sobre o fascismo italiano incluía uma avaliação de que ele incidia positivamente para a modernização do capitalismo naquele país, o que decorre de sua abordagem do fascismo como Revolução Fascista. No entanto, esta referência nos parece insuficiente para sustentar a recusa à caracterização do (des)governo Bolsonaro como fascista, pois entendemos que é inapropriado comparar um regime fascista consolidado, cujos resultados eram avaliados dez anos depois da chegada do fascismo ao governo, com um governo que tenta impor uma ruptura institucional mas ainda encontra-se limitado pela vigência de regras próprias do regime democrático burguês. A avaliação de Gramsci sobre o regime fascista italiano permite inferir, apenas, que nesta chave de

---

<sup>56</sup> DEL ROIO 2020a, pp. 100-1.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> DEL ROIO 2020b, p. 19.

interpretação o regime político brasileiro não é fascista. Trata-se de uma conclusão correta, pois seria um despropósito sustentar que há um regime fascista vigente no Brasil, mas que induz a grave equívoco se confundirmos regime político com governo. O que estamos propondo aqui é avaliar se o governo brasileiro pode ser caracterizado como fascista, ainda que o regime vigente no país decididamente não o seja. Por isto, entendemos que para analisar o governo brasileiro a partir das reflexões do revolucionário sardo, é mais adequado basear a análise em seus escritos pré-carcerários, quando avaliava a expansão de um movimento fascista e, entre 1923 e 1926, a atuação de um governo fascista ainda nos marcos de um regime não inteiramente fascistizado.

Por esta razão, entendemos como especialmente importante para abordar a situação brasileira atual a compreensão de que a transformação do Estado democrático-liberal em Estado fascista não é repentina, mas se dá de forma gradativa, o que remete à noção fundamental de *fascistização*. Portanto é normal que durante o período em que este processo avança, observe-se a presença simultânea de elementos contraditórios e em conflito, como expressão de configurações estatais que remetem a regimes políticos incompatíveis. O processo de fascistização inicia-se antes da chegada do fascismo ao governo, e segue avançando depois dela. Seu primeiro ato é a configuração das milícias ou tropas de choque e as agressões por elas promovidas, que no caso italiano se intensificaram no decorrer de 1921, com a promoção de assassinatos e a queima de sedes partidárias, sindicais e de jornais vinculados aos movimentos dos trabalhadores. A conformação de uma bancada parlamentar fascista, em maio de 1921, incorporou um novo elemento ao processo, mas a determinação principal seguia se dando nas ações de rua promovidas pelas milícias fascistas. Em dezembro de 1922, formalmente seguindo as regras institucionais vigentes – mas já contando com os constrangimentos produzidos pela violência fascista – Benito Mussolini é nomeado Primeiro-Ministro e passa a atuar no sentido da imposição progressiva da reconfiguração do Estado. Este processo deu-se de forma gradual, e é possível afirmar que o regime político italiano só se torna inteiramente fascista em 1926, depois de um longo processo de ajustamento e acomodação entre fascismo e grande burguesia e entre o fascismo e os grupos políticos dominantes. É importante registrar que durante o processo de fascistização ainda se mantinham determinadas liberdades de organização, manifestação e expressão, mas elas vão sendo progressivamente cerceadas,

seja através da modificação da legislação vigente, seja por efeito das ameaças e agressões à margem da lei.

O debate sobre a caracterização do governo Bolsonaro está presente desde os primeiros dias deste governo. Logo depois de sua posse, o sociólogo argentino Atilio Borón defendeu que seria um «grave erro» «caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista”». Em sua avaliação, o fascismo seria uma forma excepcional do Estado capitalista, com características absolutamente únicas e irrepetíveis», dado que «as condições que tornaram possível seu surgimento desapareceram para sempre»<sup>59</sup>. Estas condições irrepetíveis seriam as seguintes: 1) uma burguesia nacional à frente do bloco dominante; 2) a existência de regimes radicalmente estadistas; 3) a intenção destes regimes em promover a organização e mobilização das massas; 4) a conformação de estados raivosamente nacionalistas<sup>60</sup>. Esta caracterização foi contestada por Armando Boito, que alegou que embora Borón apresente uma definição do fascismo, sua recusa à caracterização do bolsonarismo é sustentada a partir de alegadas diferenças no bloco no poder, argumentando que «Se o bloco no poder pode variar e varia na forma democrático-burguesa e na ditadura militar, por que seria diferente com o fascismo?»<sup>61</sup>. Em sua perspectiva, a política econômica adotada não determina a caracterização de um regime: «Sob um Estado fascista pode-se ter uma política econômica nacionalista ou entreguista, intervencionista ou neoliberal, políticas estas que refletirão composições e arranjos distintos nos blocos no poder vigentes»<sup>62</sup>. Desta forma, considera que «o fascismo é um tipo de ditadura e, como outros regimes políticos, ele comporta, dentro de certos limites, composições distintas do bloco no poder, com diversas frações burguesas hegemônicas»<sup>63</sup>. A distinção entre governo e regime é imprescindível: No Brasil temos, hoje, um governo predominantemente neofascista, baseado num movimento neofascista., mas até aqui, o que ainda temos, no que diz respeito ao regime político, é uma democracia burguesa<sup>64</sup>. A existência de um governo fascista, apoiado por um movimento fascista, não implica ainda a existência de um regime fascista e nem garante que isto venha a se concretizar.

---

<sup>59</sup> BORÓN 2019.

<sup>60</sup> Ivi.

<sup>61</sup> BOITO 2019.

<sup>62</sup> Ivi.

<sup>63</sup> BOITO 2020a, p. 113.

<sup>64</sup> Ivi.

Uma última questão presente no debate é se o conceito de fascismo pode ser utilizado atualmente, tendo em vista que vivemos um contexto histórico bastante distinto do contexto do fascismo original. Neste contexto, surgem propostas alternativas, como as expressões «pós-fascismo» e «neofascismo». O historiador italiano Enzo Traverso defende o uso do termo «pós-fascismo», indicando que expressa uma realidade nova, fundada na «coexistência contradictoria entre la herencia del fascismo antiguo y el injerto de nuevos elementos que no pertenecen a su tradición»<sup>65</sup>. Ele indica que «el posfascismo parte de una matriz antifeminista, negrófoba, antisemita, homofóbica. (...) Sin embargo, en paralelo incorporan elementos de language y prácticas sociales por completo distintas»<sup>66</sup>. Argumentando que há muitos elementos novos no contexto atual, Traverso defende que «en el plano ideológico ya no hay una continuidad visible suya con el fascismo clásico»<sup>67</sup>, e que «la palabra ‘fascismo’ demuestra ser más un obstáculo que un elemento esclarecedor del debate»<sup>68</sup>. Ainda que Traverso mencione uma diversidade de movimentos, alguns dos quais efetivamente muito distintos do fascismo clássico, ao propor o termo «pós-fascismo» produz o entendimento de que trata-se já de um processo de outra natureza, algo que supera e substitui o fascismo. Esta não nos parece ser a melhor alternativa, já que efetivamente muitos destes movimentos, ainda que com peculiaridades que expressam seu tempo histórico, podem ser melhor compreendidos a partir da definição do fascismo.

Percurso análogo, ainda que com decorrências distintas, é trilhado pelos autores que defendem o uso do termo neofascismo, que ressaltam que são relevantes as mudanças e transformações em relação ao período do fascismo histórico e portanto defendem a incorporação do prefixo «neo». Diferentemente do prefixo «pós», aqui a ênfase é na renovação e não em uma ruptura em relação ao fascismo histórico, o que parece-nos mais adequado. O historiador brasileiro Marcelo Badaró Mattos defende a utilização deste termo, afirmando que ele permite enfatizar a relevância das transformações, sem deixar de considerar elementos de continuidade: «A categoria de análise neofascismo é sempre construída através de analogias e comparações com o fascismo histórico, assim como as análises sobre o neofascismo em sua

---

<sup>65</sup> TRAVERSO 2018, p. 47.

<sup>66</sup> Ivi, p. 45.

<sup>67</sup> Ivi, p. 19.

<sup>68</sup> Ivi, p. 17.

concretude na atualidade»<sup>69</sup>. Esta perspectiva torna possível levar em consideração simultaneamente as diferenças e os elementos de continuidade e desenvolvimento em relação às experiências clássicas do fascismo: «É por termos consciência das dimensões de adaptabilidade, hibridismo e mutabilidade do fascismo ao longo desse século de história que podemos apreender as novas formas e conteúdos do fascismo no século XXI, através da categoria de neofascismo»<sup>70</sup>.

Também o sociólogo Michel Lowy argumenta no sentido da qualificação do bolsonarismo como neofascista. Considerando inapropriados os termos «conservadorismo» e «populismo», Lowy propõe «designar como neofascistas líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930 – e com frequência, raízes históricas neste passado – mas também algumas diferenças substanciais», avaliando que o bolsonarismo se enquadraria nesta categoria por não possuir um partido fascista orgânico<sup>71</sup>. Em sua análise, o uso do termo neofascismo já estaria assentado na abordagem de diversos movimentos europeus<sup>72</sup>, em relação aos quais o bolsonarismo teria diversas semelhanças, embora também algumas diferenças, como menor grau de continuidade com o fascismo histórico (integralismo), ausência do racismo como tema central mobilizador, centralidade do tema anticorrupção, maior peso do ódio à esquerda (central também na Europa Oriental, mas não na Ocidental), defesa de um programa ultraliberal e maior importância conferida ao fator religioso (presente na Europa apenas na Hungria e Polônia)<sup>73</sup>. Tais diferenças não são entendidas por Lowy como impeditivas para a qualificação do bolsonarismo como neofascismo, e o autor destaca dois temas decisivos em relação aos quais a abordagem seria semelhante e comparável: a presença de uma ideologia repressiva e a intensa intolerância em relação a minorias sexuais.

Entendemos que a proposição do conceito de neofascismo é um avanço em relação ao de pós-fascismo, pois incorpora o reconhecimento da

---

<sup>69</sup> MATTOS 2020, pp. 78-79.

<sup>70</sup> Ivi, p. 233.

<sup>71</sup> LÖWY 2020, p. 14.

<sup>72</sup> Em relação à consideração dos movimentos europeus de extrema-direita atuais como neofascistas, Fresu argumenta que as transformações produzidas pelo chamado neoliberalismo determinaram «uma nova crise da classe média, muito semelhante ao famoso fenômeno da chamada proletarização acontecida no século passado, com a perda de status social e a redução de sua capacidade econômica». FRESU 2017, p. 231.

<sup>73</sup> LÖWY 2020, p. 15.

continuidade histórica em relação ao fascismo clássico. Ainda assim, a adição do prefixo nos parece desnecessária, tendo em vista que superando uma visão historicista radical, a proposição de uma categoria não é um descritor de um conjunto de categorias, mas uma construção teórica que visa elucidar a essência do fenômeno, e portanto é pressuposto que um mesmo fenômeno assuma contornos distintos em diferentes conjunturas históricas. O fascismo de nosso tempo é distinto do fascismo que emergiu no entre-guerras, pois emerge em uma realidade distinta. Nossa proposição coloca ênfase no sentido geral do fascismo, sua base social, sua ideologia e sua forma de atuação e em consequência são estas as questões centrais que levaremos em conta para avaliar a pertinência ou não da conceituação do bolsonarismo.

No que se refere a sua base social, o bolsonarismo claramente é baseado no apoio das camadas intermediárias,<sup>74</sup> consolidado no contexto das manifestações reacionárias de 2015 e 2016 pelo impeachment de Dilma Rousseff, o que se expressou na constituição de redes de apoio e grupos de disseminação de suas propostas em todo o país ao longo de 2017 e 2018, na elevada margem de diferença com que venceu as eleições nas faixas de renda que caracterizam o segmento e, mais recentemente, de forma ostensiva, nas manifestações contra o isolamento social realizadas em centenas de cidades do país e que reuniram essencialmente pequenos comerciantes. O apoio de grupos religiosos católicos, evangélicos e neopentecostais ampliou a base, sobretudo na captação de votos, mas os setores mais mobilizados são certamente pequeno burgueses.

---

<sup>74</sup> Boito propõe uma distinção na caracterização da base social do bolsonarismo («principalmente classe média – com participação de pequenos proprietários») em relação ao fascismo italiano e alemão original («principalmente a pequena burguesia – com elementos da classe média»). O autor entende que ambos seriam «espécies» dentro do gênero fascismo, caracterizado por «mobilização reacionária das camadas intermediárias da sociedade capitalista» (BOITO 2020b, p. 116). É inegável que a base mais sólida do bolsonarismo se situa nas camadas intermediárias, mas não dispomos de pesquisas empíricas mais detalhadas para precisar o peso da pequena burguesia. Ainda assim, a enorme importância das «carreatas da morte», contra o isolamento social, convocadas essencialmente por pequenos comerciantes contra as restrições decorrentes de medidas de isolamento social, parecem indicar que este peso seja maior do que o proposto por Boito. A pesquisa do sociólogo Sávio Cavalcante confirma que «o núcleo duro de seus apoiadores se localiza em eleitores (majoritariamente homens) de classe média» (CAVALCANTE 2020, p. 121), e o autor afirma que este apoio inclui também a pequena burguesia, mas não chega a dimensionar seu peso relativo específico.

Em termos ideológicos, o bolsonarismo sintetiza o conjunto de concepções e visões antipopulares e anticomunistas, – «conservador nos costumes e liberal na economia» – que apresentamos na seção anterior. É certo que há ênfases e prioridades distintas entres seus apoiadores, mas isto não impede uma confluência e uma ação unificada, em especial no período de ascensão do bolsonarismo desde 2016 até sua chegada ao governo. Ainda que «anarcocapitalistas» estejam mais preocupados com a destruição do Estado Social e fundamentalistas religiosos com a imposição de uma contrarreforma moral e intelectual, até o início do governo Bolsonaro estas diferenças não produziram grandes rupturas nem obstaculizaram uma ação unificada.

Portanto, seja pela sua base social, seja pelo conjunto de ideias que expressa, em especial de 2015 em diante, Jair Messias Bolsonaro configura-se claramente como fascista, apresentando-se e sendo tratado por seus seguidores como o «Mito», uma designação muito característica e elucidativa da natureza da relação estabelecida. Mas se no âmbito individual não resta muita margem para dúvidas, avaliar se o bolsonarismo constitui um movimento fascista é mais complexo, na medida em que ele não conta com uma organização miliciana nem criou um partido fascista stricto sensu. Seus adeptos articulam-se essencialmente através de grupos de whatsapp e embora tenham produzido diversas agressões e mesmo alguns assassinatos no contexto da campanha eleitoral de 2018,<sup>75</sup> não avançaram na constituição de milícias permanentes e nacionais, ainda que existam iniciativas locais neste sentido. Quanto à organização partidária, certamente o PSL não é um partido fascista (ou neofascista) e a tentativa de superar este limite criando um partido de novo tipo não prosperou até o momento: embora em novembro de 2019, Bolsonaro tenha rompido com o PSL e anunciado a criação da «Aliança para o Brasil», um partido tipicamente fascista, quase um ano depois ainda não conseguiu recolher as assinaturas necessárias para sua legalização e especula-se que esteja disposto a retornar ao PSL<sup>76</sup>. É necessário concordar com Mattos quando registra que «a dificuldade para reunir o movimento bolsonarista em um partido único centralizado parece, até aqui, ser o principal

---

<sup>75</sup> O mais conhecido dentre eles foi o assassinato a facadas do Mestre Moa do Katendê, capoeirista e compositor baiano, no contexto de uma discussão política, cometido por bolsonarista poucos dias antes da eleição. Cf. <https://tinyurl.com/wn8fbphy>, consultado em 27.10.2020.

<sup>76</sup> Conforme <https://tinyurl.com/4h5x2wy6>, consultado em 27.10.2020.

limite do componente neofascista no quadro político brasileiro atual<sup>77</sup>. Sem o partido fascista, as redes de apoio permanecem relativamente dispersas, ainda que algumas articulações constituídas – em particular através das milícias<sup>78</sup> estruturadas no interior do aparato repressivo do Estado – cumpram parcialmente o papel de impor a intimidação e a violência fascista.

Boito interpreta a inexistência de um partido fascista como decorrência da ausência de necessidade de sua conformação para que o fascismo cumpra seu papel, tendo em vista que se confronta com uma esquerda muito mais frágil que a representada pelos comunistas e socialistas dos anos 1920:

«A “esquerda” que o fascismo original enfrenta é um movimento operário de massa, organizado em partidos socialista e comunista, e esforça-se, por exigência da luta política de então, para replicar esse tipo de organização, criando, como sucedâneo das células e sessões, as milícias. O seu inimigo é mais ameaçador e poderoso. Já o neofascismo, esse tem pela frente uma “esquerda” que é representada por um reformismo burguês – o neodesenvolvimentismo dos governos do PT – que se apoia numa base popular desorganizada. O inimigo do neofascismo é menos ameaçador e é politicamente mais frágil. Nessa situação, o neofascismo organiza-se fundamentalmente por intermédio das redes sociais»<sup>79</sup>.

É compreensível que para a classe dominante brasileira a conformação de um partido fascista não seja uma necessidade, e neste sentido a argumentação de Boito é pertinente. Ainda assim, cabe avaliar para os objetivos do movimento fascista (ou seja, para o avanço do processo de fascistização), em que medida esta ausência de um partido fascista não permanece como uma debilidade relevante, ainda que em parte este papel possa ser assumido por organizações milicianas vinculadas ao aparato repressivo e organizadas em torno do bolsonarismo.

A relativa harmonia entre os distintos grupos que confluem para o bolsonarismo, que se manteve até sua eleição, sofreu abalos durante seu governo, em um contexto de acirramento de disputa em torno de seus rumos e nos quais se distinguem três perspectivas principais, que embora não sejam

---

<sup>77</sup> MATTOS 2020, p. 204.

<sup>78</sup> As organizações criminosas constituídas no interior das polícias militares são designadas pelo termo milícia, o que produz uma confusão, dado que seu conteúdo é distinto das tropas de choque fascistas designadas como milícias. A confusão tem a ver também com o fato de que estes grupos milicianos tem uma forte identificação com o bolsonarismo.

<sup>79</sup> BOITO 2020b, p. 117.

contraditórias entre si, apontam ênfases e prioridades distintas: o grupo olavista, o mais explicitamente fascista e que defende a rápida e intensa radicalização das medidas mais reacionárias, inclusive no campo moral; o grupo militar, que crescentemente ganha espaço e apresenta-se como pretensa reserva de «bom senso» e pragmatismo, mas compartilha visões radicalmente anticomunistas e fundadas na Doutrina de Segurança Nacional; e o grupo ultraliberal, referenciado no Ministro da Fazenda Paulo Guedes, que tem como objetivo essencial a mais ampla, radical e rápida privatização dos serviços públicos. Concordamos com Mattos quando aponta que estes três grupos têm como ponto de convergência a perspectiva anticomunista e antipopular, unificando-se no ataque aos direitos dos trabalhadores: «militares, olavistas e ultraliberais convergiram em alguns momentos para apoiar determinadas linhas políticas do governo. O melhor exemplo se dá em torno da pauta econômica de retirada de direitos dos trabalhadores»<sup>80</sup>. Para ele, embora não se possa qualificar o governo Bolsonaro, considerando-se o primeiro ano de seu mandato, como um governo homogeneamente neofascista, «seria factível destacar a predominância da dimensão ou componente neofascista para definir o governo Bolsonaro»<sup>81</sup>. É com esta configuração que se encerra o ano de 2019, e com ele o primeiro ano do governo Bolsonaro. Semanas depois, o mundo era abalado pela epidemia do novo coronavírus, inicialmente na província chinesa de Wuhan, logo se alastrando por outros países asiáticos e europeus para finalmente ser declarada pandemia mundial pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março.

### *3. Bolsonaro e a pandemia: negacionismo e estímulo à contaminação*

O irracionalismo é um dos elementos constitutivos do fascismo. A negação da ciência e do conhecimento, e sua substituição pelos preconceitos e por construções anticientíficas, são uma constante dos pronunciamentos públicos de Bolsonaro desde quando era um obscuro parlamentar. Sua abordagem em relação ao novo coronavírus é inteiramente marcada por uma perspectiva negacionista.

O negacionismo tem distintas dimensões, desde sua formulação original por pretensos historiadores nazistas que negavam o holocausto, passando pelo negacionismo ambiental e científico e culminando no negacionismo da

---

<sup>80</sup> Ivi, p. 234

<sup>81</sup> *Ibidem*.

pandemia. A perspectiva negacionista remonta às publicações de Paul Rassiner na década de 1960, negando a existência do holocausto, mas teve maior projeção a partir das obras de Robert Faurisson, no final dos anos 1970<sup>82</sup>. O avanço destas perspectivas negacionistas foi denunciado em *Os assassinos da memória*, obra fundamental do historiador Pierre Vidal-Naquet<sup>83</sup>. Entre 1986 e 2001, o Brasil esteve entre os países com maior volume de publicações negacionistas, em virtude das atividades da Editora Revisão, constituída em Porto Alegre por Siegfried Ellwanger Castan<sup>84</sup>. Embora tenha recebido apoio de neonazistas pelo menos desde 2011<sup>85</sup>, Bolsonaro mantém discurso público baseado em outra vertente do negacionismo: a proposição de que «o nazismo é de esquerda»<sup>86</sup>, reiteradamente reproduzida nas redes sociais bolsonaristas.

No Brasil, o negacionismo histórico desdobra-se em distintas dimensões, como a recusa do caráter violento da escravidão, mas seu tema mais recorrente é a negação da violência cometida pela ditadura de Terror de Estado vigente entre 1964 e 1985. Esta perspectiva foi sistematizada nos anos 1980 através de um projeto desenvolvido secretamente por militares, denominado Projeto Orvil (livro ao contrário), contestando que os crimes produzidos pela ditadura tenham ocorrido<sup>87</sup>, mas teria sua expressão pública mais disseminada no livro *A verdade sufocada*, do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, citado por Bolsonaro em 2016 durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff<sup>88</sup>. O discurso de Bolsonaro reivindica

---

<sup>82</sup> MILMANN 2000, p. 178.

<sup>83</sup> VIDAL-NAQUET 1988.

<sup>84</sup> CRUZ 1997. O livro mais difundido de Castan é *Holocausto Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século*. Um de seus defensores mais conhecidos é pai da atual governadora bolsonarista do estado de Santa Catarina, Daniela Reinehr, que se recusou a condenar o nazismo. Cf. *Governadora de Santa Catarina se recusa a responder se concorda com ideias neonazistas e negacionistas sobre holocausto*, “Folha de S. Paulo”, disponível em <https://tinyurl.com/2ksakru2>, consultado em 30/10/2020.

<sup>85</sup> *Neonazistas ajudam a convocar ato cívico pró-Bolsonaro em São Paulo*, “Noticias.uol”, disponível em <https://tinyurl.com/68wm3kcd>, consultado em 30/10/2020.

<sup>86</sup> *Bolsonaro diz não haver dúvida de que nazismo era de esquerda*, “Globo.com”, disponível em <https://tinyurl.com/9dm5fe5f>, consultado em 30/10/2020.

<sup>87</sup> A história do Projeto Orvil é narrada no vídeo *O livro secreto da ditadura*, produzido pelo Canal Meteoro Brasil, disponível em <https://tinyurl.com/xbpd5n9u>, consultado em 30/10/2020.

<sup>88</sup> Bolsonaro dedicou seu voto à «memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra», qualificando-o como «o pavor de Dilma Rousseff». Com esta declaração,

incondicionalmente o legado e as ações cometidas pela ditadura brasileira, em especial no que se refere à repressão política e aos atos cometidos pelo aparato repressivo.

Para além do negacionismo histórico, já antes da pandemia Bolsonaro reproduzia também o negacionismo científico, especialmente recusando-se a reconhecer o aquecimento global. Além de desqualificar a mudança climática, Bolsonaro colocou no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério das Relações Exteriores dois notórios negacionistas climáticos. Enquanto o primeiro, Ricardo Salles, sustenta que as mudanças climáticas não tem relação com a ação humana<sup>89</sup>, o segundo, Ernesto Araújo, apresenta uma formulação conspiracionista afirmando que «O globalismo tem hoje três instrumentos. Um é a ideologia das mudanças climáticas, outro é a ideologia de gênero e o terceiro, a oikofobia, o ódio a sua própria nação»<sup>90</sup>.

A abordagem escolhida por Bolsonaro em relação à pandemia está em linha de continuidade direta com todos os demais negacionismos por ele propalados. Ainda assim, esta abordagem não era sua única opção, pois em princípio, poderia se esperar que um presidente fascista superdimensionasse a pandemia para utilizá-la como pretexto para concentrar poderes, fazendo avançar o fechamento do regime político. Claramente não foi este o caminho que seguiu. Coincidindo com os desejos e interesses mais imediatos da burguesia e da pequena burguesia brasileiras, que preferiam ignorar a pandemia e impor a manutenção da «normalidade», desde cedo Bolsonaro optou pela minimização da pandemia, defendendo de forma sistemática e reiterada uma política de não contenção das contaminações.

É importante ter presente que ao longo dos primeiros estágios de propagação do novo coronavírus, a avaliação de que não representava uma ameaça grave era compartilhada por muitos, o que só seria revertido a partir da decretação de pandemia mundial por parte da OMS e do avanço do conhecimento sobre a doença. A suposição de que o governo chinês estaria

---

claramente transcende o negacionismo, proclamando de forma explícita seu apoio à tortura cometida contra a ex-presidente: *Discurso de Bolsonaro deixa ativistas estarecidos e leva OAB a pedir sua cassação*, “BBC.com”, disponível em <https://tinyurl.com/35ys8ku8>, consultado em 30/10/2020.

<sup>89</sup> *Ministro questiona contribuição humana no aquecimento global*, “Senado Notícias”, disponível em <https://tinyurl.com/xsmzfadb>, consultado em 30/10/2020.

<sup>90</sup> *Araújo nega aquecimento global e diz que ditadura climática é usada para atacar Brasil*, “Reuters.com”, disponível em <https://tinyurl.com/hd42mrks>, consultado em 30/10/2020.

manipulando dados (imaginando-se que poderia haver milhões de contaminados) fez com que se calculasse índices de letalidade em patamar muito mais baixo que o real. Foi esta suposição que, em um contexto de intensa crise do capital, fez muitos governos optarem inicialmente, a despeito das implicações éticas questionáveis, por abdicar de medidas de contenção e esperar que se produzisse imunidade coletiva, acreditando que seria possível chegar a isto sem atingir um número de óbitos capaz de tornar a opção insustentável frente à opinião pública. Foi neste contexto que foi produzida e difundida a campanha midiática “Milano non si ferma”<sup>91</sup>, lançada em 27 de fevereiro e que defendia a manutenção da normalidade, minimizando a relevância da epidemia. Até então, a Itália registrava 655 casos e 17 óbitos<sup>92</sup>. Replicada em outras cidades italianas e adaptada também em outros países, esta campanha expressa uma abordagem inicialmente comum a diversos governos, com amplo apoio empresarial. A tragédia italiana de março e abril tem relação direta com esta campanha e as proposições que propagou, fazendo o país chegar a 205.449 casos registrados (com testagem sabidamente deficitária) e 28.036 óbitos até o final de abril<sup>93</sup>. A dimensão dos resultados produzidos por esta abordagem ensejou uma drástica mudança, e com medidas mais rigorosas o país conseguiu naquele momento uma contenção efetiva, passando de um pico de 921 óbitos em um dia (27/3) para uma média abaixo de 20 óbitos diários em junho.

No Brasil, as primeiras manifestações de Bolsonaro ocorreram no final de janeiro, quando se recusou a resgatar um grupo de 34 brasileiros que estava na China. Sua declaração de que a repatriação não seria oportuna poderia dar a impressão de que defenderia uma política de contenção, mesmo depois que, impactado pela repercussão nas redes sociais de um vídeo gravado pelos refugiados, o governo brasileiro procedeu ao resgate e manteve os repatriados em isolamento por 14 dias. O episódio ensejou as primeiras normativas legais do país relacionadas ao Covid-19, conforme é relatado no livro escrito pelo ex-Ministro da Saúde Luis Henrique Mandetta<sup>94</sup>.

No entanto, no mesmo dia em que a OMS declarou pandemia mundial (11/3), Bolsonaro explicitou sua perspectiva de minimização da pandemia.

---

<sup>91</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gr0Nsrz7W3s>, consultado em 30/10/2020.

<sup>92</sup> Disponível em <https://www.worldometers.info/coronavirus/country/italy/>, consultado em 30/10 2020.

<sup>93</sup> Ivi.

<sup>94</sup> MANDETTA 2020, pp. 21-34.

Naquele momento, diversos países registravam acelerado crescimento de casos e cresciam as dúvidas em relação ao índice real de letalidade, revendo cálculos que a subestimavam. Mesmo Donald Trump, o governante mais admirado por Bolsonaro e que até então minimizava a pandemia e o que qualificava como «vírus chinês», declarou Estado de Emergência em 13 de março, dando início a uma abordagem que passaria a alternar o reconhecimento da gravidade com propagação de desinformação e ausência de uma política nacional de contenção. O rápido aumento dos casos; a percepção de uma taxa de letalidade real próxima a 1%; a incerteza quanto à possibilidade de reinfeção; a crescente percepção de que se tratava de uma doença sistêmica e não apenas pulmonar, com a possibilidade de diversas sequelas; e projeções como as do Imperial College<sup>95</sup> tornavam insustentável a defesa de políticas voltadas à imunização coletiva pela via da contaminação indiscriminada. Na Europa, na segunda quinzena de março, os principais países já tinham mudado sua abordagem. O último deles foi o Reino Unido, cujo Primeiro Ministro Boris Johnson reconheceu a gravidade da situação em 23 de março<sup>96</sup>.

Tradicionalmente, o «ano político» brasileiro inicia-se depois das férias de verão (janeiro e fevereiro) e do Carnaval. É neste contexto que os movimentos mais claramente fascistizantes tinham convocado uma manifestação nacional para 15 de março, cujo eixo político era denunciar que o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) impediriam Bolsonaro de governar. Na convocação destas manifestações, era explícita a defesa da concentração de poder em torno de Bolsonaro, com o conseqüente ataque às demais instituições e fechamento do regime político. Em especial as convocações que circulavam nas redes sociais defendiam o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal. Em contrapartida, os movimentos sociais de esquerda fariam manifestação nacional em 18 de março, com a perspectiva de retomar a jornada de lutas desenvolvida em maio de 2019, que ficou conhecida como *tsunami da educação*. No entanto, o Brasil teve o primeiro caso de Covid-19 registrado em 25 de fevereiro e em 15 de março já contabilizava 200 casos, e portanto na primeira quinzena de março era grande a expectativa em relação a forma de enfrentamento da pandemia (ainda que só designada desta forma em 11 de março).

---

<sup>95</sup> Disponível em <https://tinyurl.com/d9t7v8yh>, consultado em 31/10/2020.

<sup>96</sup> *Bóris Johnson, da despreocupação com o coronavírus à hospitalização*, “O Estado de Minas”, Belo Horizonte, 14/4/2020, disponível em <https://tinyurl.com/4rjw54z2>, consultado em 30/10/2020.

Naquele momento, minimizar a pandemia aparecia para Bolsonaro como oportunidade para avançar a fascistização, mantendo a mobilização de seus adeptos enquanto a esquerda permaneceria longe das ruas, defendendo medidas de isolamento social. Efetivamente os protestos contra Bolsonaro foram suspensos<sup>97</sup>, enquanto as manifestações bolsonaristas foram mantidas. Mais do que isto, o negacionismo da pandemia permitiria que Bolsonaro seguisse mobilizando seus apoiadores sem que seus adversários lhe impusessem nenhuma mobilização pública contrária, ao longo dos meses de abril e maio. Apenas com os protestos mundiais antirracistas de junho, que no Brasil desdobraram-se em manifestações antifascistas, realizaram-se manifestações públicas antibolsonaristas que fizeram recuar seus apoiadores. Desde então, os grupos fascistas mais radicalizados – como o «300 do Brasil» liderados pela ativista fascista Sara Winter<sup>98</sup> – minguaram e o próprio Bolsonaro abrandou suas críticas e acertou-se com as principais lideranças do Congresso Nacional e do STF, em um «reco» que no nosso entendimento não significa que tenha abdicado da perspectiva fascizante, sendo, ao contrário, parte do movimento de acomodação com os tradicionais grupos dominantes.

No mesmo dia 15 de março, quando seus manifestantes iam às ruas pedindo uma ditadura, Bolsonaro consolidou a perspectiva que manteria ao longo de todo o período, de forma sistemática, articulando a minimização da pandemia com sua politização conspiracionista. Em entrevista à CNN Brasil no dia da inauguração desta emissora<sup>99</sup>, Bolsonaro definiu sua abordagem: «Tivemos vírus muito mais graves que não provocaram essa histeria. Certamente tem um interesse econômico nisso. Em 2009 teve um vírus também e não chegou nem perto disso. Mas era o PT no governo aqui e os democratas nos Estados Unidos»<sup>100</sup>. A estes argumentos, acrescentou a

---

<sup>97</sup> *Por causa do coronavírus esquerda cancela manifestações de 18 de março*, “Veja”, <https://tinyurl.com/3d4vbsyh>, consultado em 30/10/2020.

<sup>98</sup> *Ver a respeito «O que é 300 do Brasil, grupo de extrema-direita liderado por Sara Winter?»*, “Notícias.uol”, disponível em <https://tinyurl.com/3batwty6>, consultado em 31/10/2020.

<sup>99</sup> Embora mantenha relação com a CNN, a CNN Brasil é uma emissora essencialmente bolsonarista. Inaugurada no dia 15/03/2020, a emissora é controlada pelo bolsonarista Rubens Menin e sua cobertura é abertamente favorável ao governo Bolsonaro.

<sup>100</sup> *Em entrevista, Bolsonaro critica “histeria” pelo coronavírus*, “Correio Braziliense”, disponível em <https://tinyurl.com/bfz9rc7a>, consultado em 31/10/2020.

«defesa da economia», que se manteria presente em sua argumentação ao longo dos meses «Você cancelar jogos de futebol contribui para o histerismo. A CBF poderia pensar em vender uma carga de ingressos de acordo com a capacidade dos estádios. Porque cancelar não vai conter o vírus. A economia não pode parar. Vai gerar desemprego»<sup>101</sup>.

Dias antes, nos bastidores do governo, as primeiras medidas voltadas à contenção da pandemia tomadas pelo então Ministro da Saúde Henrique Mandetta foram anuladas por determinação de Bolsonaro. Tratava-se de medidas bastante tímidas, que pretendiam que o país aplicasse medidas já em vigência na maior parte do mundo, como o cancelamento de cruzeiros de turismo e o controle dos aeroportos, com o estabelecimento de limites e regras ao fluxo turístico. A intervenção do presidente é relatada por Mandetta em seu livro: «O presidente Jair Bolsonaro imediatamente me ligou querendo explicações e pedindo que eu cancelasse o boletim»<sup>102</sup>. O livro de Mandetta é uma obra na qual pretende se isentar da responsabilidade pela tragédia brasileira e deve ser analisado com esta ressalta. Mas é relevante observar que seu depoimento denuncia a intervenção pessoal do presidente contra as medidas de contenção, indicando que naquele momento entendeu «que não seria prudente entrar em rota de colisão com o presidente e seus ministros»<sup>103</sup>. No dia 13 de março, quando o país tinha apenas 98 casos confirmados e portanto a possibilidade de contenção era muito real, o Ministério da Saúde emitiu uma nova orientação que determinava que desde então só seriam testados pacientes em estado grave, deixando de testar assintomáticos, e portanto encerrando qualquer possibilidade de rastreamento de contatos como instrumento de contenção<sup>104</sup>.

O livro de Mandetta confirma que foi justamente no domingo 15 de março que as posições se consolidaram: «Foi a partir daquele domingo, dia 15, que duas mensagens começaram a circular juntas, uma se contrapondo à outra. O Ministério da Saúde indicava um caminho, e o presidente enviava uma mensagem no sentido oposto, a de não respeitar as orientações do seu próprio ministério. Antes já havia essa resistência, mas não era pública»<sup>105</sup>. Bolsonaro entrevistou até mesmo no Boletim Epidemiológico divulgado dia 14 de março, que recomendava medidas de contenção, como denunciou o epidemiologista

---

<sup>101</sup> Ivi.

<sup>102</sup> MANDETTA 2020, 84.

<sup>103</sup> *Ibidem*.

<sup>104</sup> *Brasil tem 98 casos suspeitos do novo coronavírus, diz Ministério da Saúde*, “Globo.com”, disponível em: <https://tinyurl.com/ru2xxhpr>, consultado em 30/10/2020.

<sup>105</sup> *Idem*, p. 22.

Júlio Croda (o primeiro integrante da equipe de Mandetta a se demitir, em protesto contra a intervenção de Bolsonaro)<sup>106</sup>. As medidas voltadas a inviabilizar a contenção da pandemia se complementariam no dia 18 de março com a normativa de que a partir de então a deveriam ser testados apenas pacientes internados em estado grave, o que liquidou qualquer possibilidade de uma política de contenção em um momento em que o número de casos confirmados ainda era baixo (346 em 17 de março).

Caso a posição de Bolsonaro fosse acatada pelos governos estaduais, em poucos dias haveria um colapso geral do sistema, mas isto não ocorreu. Ainda que em diferentes intensidades, todos os governos estaduais contrariaram as orientações de Bolsonaro e estabeleceram medidas de isolamento social. Em São Paulo, maior estado do país e governado por João Dória, ex-aliado então rompido com Bolsonaro, um decreto estabelecendo quarentena e determinando o fechamento do comércio foi publicado no dia 22 de março<sup>107</sup>, ao mesmo tempo em que na maior parte dos estados do país decretos semelhantes eram publicados. É provável que Bolsonaro contasse com estas ações que impediriam o colapso completo do sistema de saúde, enquanto responsabilizava os governadores pelo possível agravamento da crise econômica e incentivava seus seguidores mais fiéis a descumprir as determinações, passando já então a utilizar o discurso da «defesa das liberdades individuais», algo inteiramente paradoxal para um presidente fascista, mas que foi muito reproduzido por seus adeptos. É neste momento que começa a ser difundida a tese de que «isolamento social é coisa de comunista»<sup>108</sup>.

Apenas dois dias depois do decreto do governador paulista, Bolsonaro reagiu com o pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão que se constitui em seu mais sistemático e radical ataque às medidas de isolamento social. Neste pronunciamento, responsabilizou seus adversários por disseminarem pânico e histeria, qualificou o novo coronavírus como «gripezinha ou resfriadinho» e defendeu que deviam «abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e

---

<sup>106</sup> *InfoVid #12 – Os primeiros momentos da pandemia*, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kMFj7hPwOyU>, consultado em 30/10/2020.

<sup>107</sup> Decreto N° 64.881, de 22 de março de 2020, disponível em <https://tinyurl.com/3u9ed9c6>, consultado em 31/10/2020.

<sup>108</sup> *Isolamento é coisa de comunista: os zaps bolsonaristas durante a pandemia*, “Epoca”, disponível em <https://tinyurl.com/99y65bwm>, consultado em 31/10/2020.

confinamento em massa»<sup>109</sup>. Em sua narrativa o vírus «brevemente passará» e enquanto isto «nossa vida tem que continuar», «voltar à normalidade». Três elementos presentes no pronunciamento permaneceriam determinando sua abordagem nos meses seguintes. O primeiro é a tese de que a pandemia estava sendo superdimensionada, «tendo como carro chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso». O argumento climático teve muito impacto, produzindo uma falsa sensação de segurança em cidades de clima quente, como Manaus, Belém, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro, que estiveram entre as mais fortemente assoladas pela pandemia nas semanas seguintes. O segundo é a alternativa que propõe em oposição ao isolamento social. Com base em afirmações claramente distorcidas («O grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos»; «Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade»; «90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine»), Bolsonaro passou a defender uma política de «isolamento vertical», na qual apenas os maiores de 60 anos seria preservados – algo absolutamente inviável em um país onde a média de habitantes por residência é elevada. Finalmente, afirmou que «O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19» e que seu governo estaria recebendo «notícias positivas sobre este remédio». A defesa da cloroquina (e posteriormente da Hidroxicloroquina), em diferentes protocolos (casos graves, uso precoce) seria objeto de afirmações inverídicas de Bolsonaro ao menos 22 vezes entre 29/3 e 29/10<sup>110</sup>.

O discurso de Bolsonaro produziu reações majoritariamente negativas. Nas redes sociais, «45% dos compartilhamentos categorizaram o pronunciamento como irresponsável e, em alguns casos, criminoso; enquanto 9% dos compartilhamentos declararam apoio completo aos argumentos de Bolsonaro»<sup>111</sup>. O apoio minoritário não foi problema para Bolsonaro, pois

---

<sup>109</sup> “Gripezinha”: leia o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro na íntegra, “Noticias.uol”, 24/03/2020, disponível em <https://tinyurl.com/zm8d8zrw>, consultado em 30/10/2020. A matéria contém a íntegra do discurso, de onde retiramos também as demais citações deste parágrafo.

<sup>110</sup> A agência de checagem de informações falsas «Aos fatos» registra cada uma destas afirmações, “Aos Fatos”, disponível em <https://tinyurl.com/538ptnw7>, consultado em 31/10/2020.

<sup>111</sup> A reação das redes e dos políticos ao discurso de Bolsonaro, “Nexo Jornal”, disponível em <https://tinyurl.com/2hbs75c2>, consultado em 30/10/2020.

tratava-se de reforçar os laços com seus apoiadores mais fieis, o que lhe possibilitaria sabotar as medidas de contenção, o que se confirma com a aferição do Monitor do Debate Político no Meio Digital que indica que «no Facebook, o pico no número de novos seguidores nas 72 horas que se seguiram ao pronunciamento do presidente defendendo relaxamento do distanciamento social, foi o maior em todo o período analisado, duas vezes maior do que o segundo pico. No Instagram, no Twitter e no YouTube, o saldo no número de seguidores também foi positivo»<sup>112</sup>.

Já neste momento é possível afirmar que o presidente brasileiro comandava uma ativa sabotagem contra as medidas de contenção, articulando pronunciamentos públicos, atos concretos (como o uso incorreto da máscara) e divulgação de informações falsas em redes sociais. De acordo com a agência de checagem de notícias falsas «Aos Fatos»<sup>113</sup>, Bolsonaro proferiu 727 afirmações inverídicas em relação ao Covid-19 até o final de outubro. A mais repetida dentre elas – proferida 58 vezes – acusava o STF de impedi-lo de agir, referindo-se a uma sentença proferida em 8 de abril que decidiu que também os governadores estaduais e prefeitos municipais poderiam determinar medidas de contenção da pandemia, sem, no entanto, impedir que o governo federal as tomasse. O que o STF decidiu foi apenas que o presidente não poderia impedir os governos estaduais de tomar medidas no âmbito de sua jurisprudência. Sua segunda afirmação mais recorrente – repetida 34 vezes, com pequenas variações – sustentava que «Toda nação vai ficar livre da pandemia depois que 70% forem infectados e conseguir os anticorpos», uma reafirmação constante da perspectiva de estímulo à contaminação acelerada. Contraditoriamente, mesmo com o país ainda tendo números muito mais baixos que isto, anunciou inúmeras vezes o início do fim da pandemia. Em 12 de abril, quando o país tinha atingido 22 mil casos (0,01% da população), Bolsonaro afirmou que «Está começando a ir embora esta questão do vírus»<sup>114</sup>.

---

<sup>112</sup> Postagem do Monitor do Debate Político no meio digital, 04/04/2020, disponível em <https://tinyurl.com/2mz9j7t7>, consultado em 30/10/2020.

<sup>113</sup> *Todas as declarações de Bolsonaro*, “Aos Fatos”, disponível em <https://tinyurl.com/538ptnw7>, consultado em 31/10/2020. As demais afirmações mencionadas neste parágrafo foram retiradas do mesmo sítio.

<sup>114</sup> Cinco meses depois, quando o país atingia 4 milhões de casos (2% da população), Bolsonaro seguia repetindo a mesma abordagem: “*Estamos praticamente vencendo a pandemia*”, diz Bolsonaro, “Globo.com”, disponível em: <https://tinyurl.com/eus6zcyw>, consultado em 30/10/2020.

As afirmações públicas de Bolsonaro eram traduzidas em linguagem ainda mais conspiratória e anticientífica nas mensagens disseminadas nas redes sociais pela estrutura de propaganda bolsonarista conhecida como *Gabinete do Ódio*, sobretudo a partir de seu pronunciamento de 24 de março. Um estudo desenvolvido Monitor do Debate Político no Meio Digital em conjunto com o projeto Eleições Sem Fake analisou 2.108 áudios que circularam entre os dias 24 e 28 de março, em 522 grupos públicos de Whatsapp, com a participação de mais de 18 mil usuários ativos, e comprovou a enorme circulação de *fake news*:

«Entre os 20 áudios com maior circulação, cinco negam a gravidade do Covid-19 (Coronavírus) —quatro deles estão entre os 10 mais compartilhados. Segundo estes áudios, com supostos depoimentos de médicos e testemunhas, as CTIs estão vazias, as funerárias estão sem corpos e os mortos por acidente estão sendo contabilizados como mortos pelo vírus. Esses cinco áudios são responsáveis por 35% dos compartilhamentos totais da amostra analisada»<sup>115</sup>.

As mensagens disseminadas retomavam e amplificavam temas presentes no discurso presidencial – como a tese de que o vírus não prosperaria sob altas temperatura, que não havia nenhum risco para pessoas com menos de 60 anos, e que o Brasil seria um «país de jovens», o que impediria o avanço da pandemia. Quando o número de óbitos aumentou, foram produzidas falsificações voltadas a contestar a veracidade dos óbitos registrados ou alegar que se deviam a outras razões. O mais conhecido destes relatos narrava uma suposta história em que «o primo do porteiro do prédio morreu porque foi trocar o pneu do caminhão e o pneu estourou no rosto dele. Receberam o atestado de óbito como se fosse covid-19»<sup>116</sup>. Em cada região, a história era adaptada e «regionalizada», mudando aspectos da narrativa mas sempre sustentando que as mortes estavam sendo superdimensionadas. Quando também a negação das mortes começa a perder força, em virtude da grande lotação dos hospitais e do elevado número de óbitos diários, a propaganda negacionista passou a enfatizar especialmente outro dos temas que já estava presente no «discurso fundador» da perspectiva bolsonarista: o anúncio de

---

<sup>115</sup> *Áudios em grupos de Whatsapp negam mortes por coronavírus: Eleições sem Fake / Monitor do Debate Político no Meio Digital*, 29/03/2020, disponível em <https://tinyurl.com/2uktd9sa>, consultado em 31/10/2020.

<sup>116</sup> *Fake news “do borracheiro” é usada para desacreditar números do coronavírus, “Clicrbs”*, 29/03/2020, disponível em <https://tinyurl.com/npvxmz6c>, consultado em 17 de outubro de 2020.

medicamentos sem eficácia comprovada, mas que eram apresentados como infalíveis. De acordo com estas mensagens, tais medicamentos seria sabotados pelas empresas farmacêuticas por serem baratos e eficientes. A cloroquina e a hidroxicloroquina são presenças constantes nestas mensagens, muitas vezes propagados em conjunto com outros medicamentos, como os vermífugos ivermectina e nitazoxanida, e até aplicação de ozônio. Há uma clara conexão entre a recepção destas mensagens e a diminuição dos cuidados protetivos, seja porque o receptor acredita que a pandemia não é perigosa, seja porque sente ter proteção por haver um remédio supostamente eficaz. Esta conexão é confirmada em uma Nota Técnica do Monitor do Debate Político no Meio Digital que indica que «o relaxamento do distanciamento social posterior ao pronunciamento foi mais forte entre apoiadores do presidente»<sup>117</sup>.

Mandetta foi um personagem relevante nas primeiras etapas de desenvolvimento da pandemia no Brasil. Seu livro, lançado cinco meses depois de sua demissão, denuncia que todas as ações tomadas pelo Ministério da Saúde para o enfrentamento da pandemia desde 15 de março foram publicamente sabotadas por Bolsonaro. Ainda assim, Mandetta permaneceu como Ministro mais de um mês, até sua demissão em 16 de abril, por iniciativa de Bolsonaro. Para além do estranhamento com a opção por se manter no Ministério até que Bolsonaro o demitisse, nos parece relevante entender porque Bolsonaro manteve no cargo por tanto tempo um Ministro que ele próprio atacava abertamente, e que era alvo de ataques de sua milícia digital. Nossa hipótese é que as ações de Mandetta para administração da pandemia foram úteis a Bolsonaro, garantindo que pudesse controlar a taxa de transmissão o suficiente para impedir um colapso completo do sistema de saúde, sem ter que assumir o ônus da defesa de medidas de contenção. Sem Mandetta no Ministério e sem as medidas de contenção nos estados por ele apoiadas, em poucos dias haveria um colapso generalizado do sistema de saúde, criando uma situação que seria muito mais difícil para a administração de Bolsonaro

Em 15 de março, o país registrava 200 casos e nenhum óbito, enquanto em 16 de abril eram 30.683 casos registrados (na realidade um número muito maior, pois então já estava vigente a política restrição na testagem e apenas pacientes em estado grave eram testados) e 1.947 óbitos. A perspectiva de

---

<sup>117</sup> Nota Técnica #09 – Eleitores e apoiadores de Bolsonaro respeitam menos a quarentena. Monitor do Debate Político no Meio Digital, 6.5.2020. Disponível em <https://tinyurl.com/58w6uakr>, consultado em 31/10/ 2020.

Mandetta, assim como a da maior parte dos governadores e que era apoiada pelos principais meios de comunicação, divergia de Bolsonaro por defender algumas medidas voltadas à mitigação dos casos, mas compartilhava com ele o entendimento de que era impossível uma contenção efetiva, e que as medidas deveriam ter por objetivo reduzir o ritmo de transmissão aos patamares estabelecidos pela capacidade de atendimento hospitalar, passando então a administrar a pandemia. Não se propunha, portanto, políticas voltadas à interromper a transmissão comunitária do vírus, e não por acaso, na única vez que o termo *lockdown* aparece no livro de Mandetta, é associado a «excesso»<sup>118</sup>. O período marcado pelo confronto aberto entre um Ministro que defendia algumas medidas de contenção e um presidente abertamente negacionista foi o período em que o número de casos ativos cresceu o suficiente para que a perspectiva de estabelecimento de uma política de contenção mais radical parecesse algo distante e irrealizável, mas não o suficiente para provocar um colapso completo do sistema de saúde. Os limites impostos bloco constituído em torno de Mandetta e dos governadores estaduais, com o apoio majoritário da mídia, foram suficientes para que este aumento se desse dentro de patamares administráveis, incluindo-se nesta conta o aumento dos leitos de hospitalização e UTI. Assim, os casos e óbitos seguiam crescendo, mas apenas uma pequena parcela dos óbitos foi decorrente da ausência de atendimento de saúde, com exceção da cidade de Manaus, que efetivamente viveu um colapso sanitário e funerário no final de abril.

É uma política claramente distinta da que foi adotada pelos países que optaram pela contenção e mesmo da que adotaram países como Itália e Espanha em abril. Um dos grandes êxitos políticos de Bolsonaro foi fazer a opinião pública acreditar que esta política de mitigação, extremamente moderada, seria equivalente a um *lockdown* (e, neste raciocínio, teríamos tido um *lockdown* e ele teria se mostrado ineficiente). As políticas de contenção implantadas nos estados a partir do final de março foram muito menos rigorosas, além de terem seu efeito diminuído pelo fato de que não tinham vigência nacional e que continuamente Bolsonaro acrescentava mais atividades como «essenciais» e, portanto, não poderiam ser limitadas pelos decretos estaduais.

Embora diga que não agiu porque foi impedido pelo STF, Bolsonaro jamais cogitou estabelecer uma política nacional de contenção. Ao apresentar falsamente a posição de Mandetta e dos governadores opositores como as

---

<sup>118</sup> MANDETTA 2020, 117.

mais «radicais», Bolsonaro logrou eliminar do debate público as propostas que de forma mais rigorosa enfatizavam a necessidade de medidas de contenção mais contundentes rigorosa e estabelecidas a partir de um plano nacional de contenção, única alternativa que poderia efetivamente conter a pandemia. À proposital confusão entre medidas parciais de mitigação e *lockdown*, associava-se a conclusão de que estas medidas não estariam sendo capazes de conter a pandemia e, portanto, Bolsonaro contava com a passagem do tempo para que uma parte crescente da população cansada passasse a concordar com sua tese de que o isolamento social seria ineficaz. Mais do que isto, como muitos de seus adversários, incluindo os governadores dos principais estados, pretendiam apenas administrar a pandemia para adequá-la aos limites da capacidade de atendimento do sistema hospitalar, quando houve uma relativa ampliação do número de respiradores e leitos de UTI disponíveis, passaram a defender política gradativas de reabertura.

Com a demissão de Mandetta, o empresário Nelson Teich, ligado aos planos privados de saúde, assumiu o Ministério da Saúde, no qual permaneceu apenas um mês, até 15 de maio. Teich permaneceu no ostracismo, especialmente depois da nomeação do General Eduardo Pazuello como Diretor Executivo em 22 de abril. Com o pedido de demissão de Teich, decorrente de sua recusa em recomendar medicamentos sabidamente ineficazes, Pazuello foi nomeado Ministro interino, tendo sido efetivado quatro meses depois, em 14 de setembro.

A partir da posse de Pazuello, deu-se intensa militarização do Ministério da Saúde, com 25 militares em cargos de segundo escalão<sup>119</sup>, colocando sua gestão inteiramente de acordo com a perspectiva negacionista de Bolsonaro e dando início a uma nova fase na guerra de informações bolsonarista, desta vez integrando a própria estrutura do Ministério da Saúde, que passou a divulgar o número de «recuperados» como se fosse o dado mais importante, em detrimento do registro de óbitos ou casos ativos. Nesta perspectiva um alto número de infectados/recuperados seria algo a ser comemorado, o que reforça a perspectiva de busca da imunização coletiva. A metodologia de divulgação dos dados foi modificada várias vezes confundindo a população e dificultando ainda mais a compreensão da situação epidemiológica do país. O horário de divulgação dos dados mudou várias vezes (15h, 19h, 22h, e finalmente 18h...) e a falta de transparência na divulgação dos dados foi tanta que a divulgação em alguns dias foi atrasada para impedir sua transmissão no

---

<sup>119</sup> *Ministério da Saúde chega a 25 militares nomeados*, “Estado de Minas”, disponível em <https://tinyurl.com/5xazjfvu>, consultado em 31/10/2020.

principal telejornal da Rede Globo de Televisão. O portal do Ministério da Saúde voltado à divulgação dos dados oficiais da pandemia, foi tirado do ar em 5 de junho, o que levou à constituição de um *pool* de meios de comunicação para acompanharem de forma independente a situação da pandemia, e também à criação de um painel mantido pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS)<sup>120</sup>. Desde então, diariamente são divulgados números discrepantes: enquanto o *pool* dos meios de comunicação totaliza os dados às 20 horas, o Ministério da Saúde e o CONASS consideram os registros feitos até às 16h, divulgando-os às 18h. Ainda que os números acumulados coincidam, a coexistência de dois recortes produz números diariamente distintos, o que contribui para aumentar a dificuldade na compreensão da pandemia e a descrença em torno dos dados.

Naquele momento, uma das determinações de Bolsonaro foi deixar de contabilizar a soma de óbitos, alegando que «acumular dados, além de não indicar que a maior parcela já não está com a doença, não retratam [sic] o momento do país»<sup>121</sup>. Uma denúncia do jornal Valor Econômico indica que o Ministério da Saúde pressionou até mesmo a Agência Brasileira de Informação (ABIN) para que minimizasse a importância da pandemia em seus informes restritos<sup>122</sup>. Além de omitir a totalização dos casos e óbitos, a mudança excluiu inúmeras informações importantes, como o histórico de dados por município e o registro das séries históricas de mortes por Síndrome Respiratória Aguda Grave, que permitem dimensionar o excedente e portanto projetar parte das mortes por Covid-19 ocultadas dos números oficiais.

Quando Mandetta foi demitido do Ministério da Saúde, o país já tinha uma relação de apenas cinco testes realizados para cada resultado positivo. Enquanto na maior parte dos países, com o aumento dos investimentos e a estabilização de casos, esta relação melhorava, muitas vezes para índices bem superiores ao mínimo de 20 testes por resultado positivo recomendado pela OMS, no Brasil a relação seguiu piorando, estando no final de dezembro em 2.7 testes por positivo<sup>123</sup>. Nesta condição, é difícil dimensionar o número real

---

<sup>120</sup> Painel Conass Covid-19, <https://tinyurl.com/yfme7hze>, consultado em 31/10/2020.

<sup>121</sup> *Quais as alternativas ao apagão de dados do governo?*, “Nexojornal”, disponível em: <https://tinyurl.com/y83r3mtc>, consultado em 31.10.2020.

<sup>122</sup> *Cúpula da Saúde pressiona até ABIN a maquiar dados*, “Globo.com”, disponível em: <https://tinyurl.com/57xfzbd>, consultado em 31/10.2020.

<sup>123</sup> De acordo com o Boletim Epidemiológico 44, até 2 de janeiro de 2020 tinham sido realizados e registrados na plataforma E-SUS 14.465.456 teste, dos quais

de contaminações. Uma pesquisa nacional de incidência cuja primeira etapa concluiu-se em 25 de maio indicava que o número de contaminações seria sete vezes superior ao número oficial<sup>124</sup>. O Brasil encerrou o ano de 2020 com 7.675.973 casos (3,6% da população), o que pode indicar um número real entre 40 e 50 milhões de contaminações (20 a 25% da população).

A mesma falta de transparência ocorre em relação ao registro de óbitos. Enquanto nas redes sociais os bolsonaristas colocam em dúvida os registros oficiais propondo que estão superdimensionados, a realidade é oposta. Oficialmente, o país encerrou o ano de 2020 com 194.949 óbitos por Covid-19, um índice de 915 mortes por milhão de habitantes (quatro vezes superior à média mundial). Mas estes números não incluem um elevado número de óbitos registrados como Síndrome Respiratória Aguda Grave «não especificada», que abarca óbitos decorrentes de insuficiência respiratória que não foram testados ou cujos testes deram resultados inconclusivos. O último dado disponível, registra que até 4 de janeiro de 2021 havia 73.494 óbitos por SRAG não especificada<sup>125</sup>. De acordo com o epidemiologista Júlio Croda, baseado em uma pesquisa de validação independente, é possível afirmar que ao menos 95% destes óbitos são decorrentes de Covid-19<sup>126</sup>, ainda que não sejam contabilizados como tal. Se considerássemos estes óbitos, mais os 2.561 óbitos em investigação, teríamos 268.443 mortes, ou 1.260 óbitos por milhão de habitantes, e ainda sem contar a subnotificação de óbitos ocorridos em comunidades indígenas e locais distantes dos grandes centros nos quais sequer o registro foi possível. Estes óbitos adicionais são quase inteiramente ignorados pela grande imprensa brasileira. A considerar estes números, teríamos encerrado 2020 como terceiro país com mais mortes por milhão,

---

5.271.046 tiveram resultado positivo (36.34% positivos, ou uma relação de 2.77 testes por positivo. Doze semanas antes, esta relação era de 18.34%, portanto em menos de três meses, o percentual de positivos praticamente dobrou. Cf. MINISTÉRIO DA Saúde. Boletim Epidemiológico 44, s./d. <https://tinyurl.com/35bbr44f>, consultado em 8/1/2021, p. 60.

<sup>124</sup> Posteriormente realizaram-se outras três etapas, mas dada a baixa sensibilidade dos testes rápidos e a diminuição progressiva da carga de anticorpos, é provável que não tenham captado o total de contaminações, conforme avaliação da própria equipe técnica da pesquisa.

<sup>125</sup> MINISTÉRIO DA Saúde. Boletim Epidemiológico Especial 44, p. 35, consultado em 8/1/2020.

<sup>126</sup> *Infovid 12: os primeiros momentos da pandemia*, Instituto Questão de Ciência, 19/8/2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/xbupa7x8>, consultado em 31/10/2020.

depois apenas de San Marino (que tem apenas 34 mil habitantes) e Bélgica (que segue um padrão bastante distinto de registro dos casos, incluindo os suspeitos como Covid mesmo quando não se realiza testagem).

#### 4. *O paradoxo da fascistização em nome das liberdades individuais*

De inúmeras formas Jair Bolsonaro utilizou-se da situação de pandemia para impor seu projeto de fascistização, ampliando o negacionismo científico, reforçando seu vínculo com a base fascista mais radicalizada, estimulando mobilizações de seus adeptos enquanto seus adversários precisavam renunciar às ruas para manterem-se coerentes e, sobretudo, reforçando seus vínculos com a grande burguesia brasileira ao fazer avançar as reformas ultraliberais, com a desregulamentação das relações de trabalho e das medidas de proteção ambiental e o desmonte da proteção social. Neste sentido, a expressão mais explícita desta perspectiva foi a afirmação do Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em reunião do Ministério de Bolsonaro ocorrida em 22 de abril e tornada pública um mês depois por decisão judicial. Salles propunha «um esforço nosso aqui enquanto nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID, e ir passando a boiada»<sup>127</sup>. A expressão indica claramente que prolongar a vigência da pandemia criava condições ótimas para avançar seu projeto, o que na área específica de Salles implicava em diminuir a fiscalização ambiental e a contenção dos incêndios criminosos na Amazônia e Pantanal, e liberar novos agrotóxicos.

Quando no final de março Bolsonaro explicitou sua estratégia, a maior parte de seus críticos imaginou que quando o país atingisse determinado número de mortes, a maior parte da população se colocaria contra ele. No entanto, Bolsonaro manteve índices de apoio popular próximos a 30% até agosto, aumentando ainda mais a partir de então, até passar de 40%, impulsionado pela crescente aprovação nos setores mais pobres em decorrência do «auxílio emergencial»<sup>128</sup>. No nosso entendimento, o amortecimento da reação de grande parte da sociedade brasileira frente à política de morte de Bolsonaro foi possível porque já está acostumada a

---

<sup>127</sup> *Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar regras' enquanto atenção da mídia está voltada à COVID*, “Globo.com”, , disponível em <https://tinyurl.com/ybt2aade>, consultado em 31/10/2020.

<sup>128</sup> Pesquisas de opinião sobre o governo Bolsonaro, disponível em <https://tinyurl.com/wdt9rruk>, consultado em 31/10/2020.

conviver com a banalização da morte, com a naturalização do sistemático assassinato de jovens negros na periferia das grandes cidades, justificados por um discurso criminalizador («bandido bom é bandido morto») caracteristicamente fascista<sup>129</sup>. A guerra contra o próprio povo é, aliás, um elemento definidor do fascismo atual, como discute o sociólogo Maurizio Lazzarato, citado por Mattos: «Lazzarato destaca como no neofascismo, ao invés de uma retomada da lógica de “guerra total” interimperialista, que orientou o fascismo histórico, o que tem imperado é uma “guerra contra a população”. O bolsonarismo se apoia justamente nessa lógica de guerra contra a população, seja na dimensão privada de armar os “homens de bem” para combaterem por sua conta os “vagabundos”, mas principalmente no braço policial estatal e miliciano paraestatal<sup>130</sup>. É esta “guerra contra a população», desenvolvida pelos «esquadrões da morte» durante a ditadura e pelas milícias constituídas no interior do aparato policial militar desde então, que fundamenta a política de estímulo à contaminação geral da população, cujas vítimas, assim como as vítimas da violência policial e miliciano, se concentram sobretudo entre os setores mais pobres e periféricos. E é por isso que os grupos mais abastados, que se alarmaram com a pandemia nas primeiras semanas (quando o perfil dos infectados se concentrava nos grupos socialmente dominantes), passou a naturalizar as mortes assim que os casos e óbitos passaram a se concentrar nas periferias do país.

A abordagem de Bolsonaro é estritamente fascista e reforça socialmente o fascismo, através da naturalização da morte<sup>131</sup> (característica dos diversos fascismos desde o lema falangista *Viva la muerte*), do caráter eugenista de um discurso que responsabiliza as próprias vítimas, que teriam perecido por serem frágeis, incapazes ou portadoras de comorbidades. Além disso, aprofunda os vínculos com o grande capital, algo fundamental na fase de ajustamento do fascismo com vistas à imposição de um fechamento político gradativo.

---

<sup>129</sup> Ver a respeito MÃES DE MAIO 2001.

<sup>130</sup> MATTOS 2020, p. 239.

<sup>131</sup> São inúmeras as manifestações de Bolsonaro neste sentido. A mais conhecida é possivelmente sua declaração frente ao aumento das mortes, quando respondeu «*Eu não sou covão, quer que faça o que?*». No mesmo sentido, dá-se o desrespeitoso uso da ironia, como se vê quando declarou que morre mais gente de pavor do que de Covid. Cf. *Morre mais gente de pavor, diz Bolsonaro sobre Covid que matou 20 mil*, “Correio Braziliense”, disponível em <https://tinyurl.com/4db28zbn>, consultado em 31/10/2020.

O êxito da política bolsonarista passa também pelo calculado cansaço da parcela da população que se manteve por meses tentando manter isolamento e não viu nenhuma perspectiva de melhora da situação, e foi reforçado pela mudança de posição dos governos estaduais e municipais e dos principais veículos de comunicação, que passaram a defender medidas de reabertura e de «administração da pandemia». A militarização do Ministério da Saúde teve êxito na oficialização de uma política negacionista, que difunde medicamentos comprovadamente ineficazes, comemora o número de «recuperados» (omitindo as sequelas permanentes de parte deles), restringe gradativamente a testagem e consolida o ocultamento de parte significativa dos óbitos registrando-os como SRAG não especificada. Com isto, aumenta a incompreensão da população em relação à dinâmica real da pandemia. Bolsonaro conseguiu eliminar do horizonte a percepção de que seria possível haver uma contenção efetiva, apresentou-se como preocupado com a economia e atribuiu a responsabilidade pela crise, a cada dia mais intensa, aos defensores do isolamento social, conseguindo omitir o fato de que sua política agravou a crise ao prolongar a vigência da pandemia.

Um projeto de fascistização baseado no slogan «liberal na economia, conservador nos costumes» expressa um fascismo que instrumentaliza o individualismo, em uma perspectiva meritocrática e eugenista e que opõe determinados «direitos individuais» à defesa da vida, mesmo em situação de pandemia. As contradições são inúmeras, dado que este discurso convive com a defesa da criminalização das drogas e do aborto e a imposição de uma moral cristã fundamentalista. Mas a contradição é intrínseca ao fascismo e o arsenal do negacionismo protege seus adeptos de serem confrontados com ela.

O discurso de defesa das «liberdades individuais» foi utilizado por Bolsonaro em pelo menos quatro aspectos centrais da política em relação à pandemia. Primeiro, desde o início, defendeu que todos tinham o «direito» de não respeitar as medidas de isolamento social e qualificou como ilegítimas e autoritárias todas as medidas que impunham o fechamento de estabelecimentos comerciais, escolas, academias de ginástica, restaurantes e bares, ou quaisquer outros. Depois, ridicularizou o uso de máscaras, inclusive usando-a pendurada na orelha, fez aparições públicas em aglomerações e sem o uso das máscaras e vetou lei que impunha seu uso obrigatório de máscara em ambiente público<sup>132</sup>. A seguir, passou a defender o direito de seus adeptos de exigirem a prescrição de medicamentos sabidamente ineficazes, como a

---

<sup>132</sup> *Derrubado veto de Bolsonaro ao uso obrigatório de máscara na pandemia*, “Senado Notícias”, disponível em <https://tinyurl.com/m3vnu4jf>, consultado em 31/10/2020.

hidroxicloroquina, estimulando pacientes a pressionarem os médicos pela sua prescrição<sup>133</sup>. Finalmente, associado à perspectiva de movimentos antivacina, Bolsonaro passou a criticar a proposta de vacinação obrigatória e garantir que não permitiria seu estabelecimento, ao mesmo tempo em que politizou a questão afirmando que não compraria uma «vacina chinesa», inclusive estimulando seus adeptos a recusá-la<sup>134</sup>.

Os movimentos de Bolsonaro muitas vezes parecem oscilantes, alternando manifestações explicitamente extremistas e acenos a grupos políticos tradicionais. Entendemos que isto não deve ser interpretado como recuo e que a perspectiva de fascistização segue no horizonte político brasileiro. Embora ainda sem contar com um partido fascista e movendo-se no sentido de uma acomodação com os grupos políticos tradicionais e com o poder judiciário, Bolsonaro não renunciou ao objetivo de impor um fechamento do regime de caráter fascistizante. O entendimento com grupos políticos tradicionais pode expressar, ao contrário, uma reacomodação visando sua incorporação ao projeto em curso e criando condições para uma nova ofensiva da fascistização.

### Bibliografia citada

AFIF DOMINGOS, GUILHERME, 2007

“Informar e estimular o debate”, in O. Carvalho, *Cartas de um terráqueo ao Planeta Terra*, Jornal do Comércio, São Paulo, p. 3.

ALIAGA, LUCIANA, 2020.

*Live Revolução Passiva e Revolução Restauração nos Cadernos do Cárcere*, IGS Brasil, <https://tinyurl.com/554rtuc8>.

BIANCHI, ÁLVARO, 2006.

*Revolução Passiva: o pretérito do futuro*, “Crítica Marxista”, n° 23, pp. 34-57.

BOITO, ARMANDO, 2019

*A questão do fascismo no governo Bolsonaro*, “Brasil de Fato”, 9.1. Disponível em <https://tinyurl.com/y6827pfy>.

ID., 2020a

*Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira*, Philllos, Goiânia.

---

<sup>133</sup> *Médicos são pressionados por pacientes para receitar cloroquina*, “Correio Braziliense”, disponível em <https://tinyurl.com/5t4kk2mc>, consultado em 30/10/2020.

<sup>134</sup> *Bolsonaro diz que não vai comprar vacina chinesa, mesmo com aprovação da ANVISA*, “O Globo”, disponível em <https://tinyurl.com/b2h23kke>, consultado em 31/10/2020.

## Materialismo Storico, nº 2/2020 (vol. IX)

ID., 2020b

*Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo*, “Crítica Marxista”, nº 50, pp. 111-119.

BORÓN, ATÍLIO, 2019

*Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como "fascista" é um erro grave*, “Brasil de Fato”, 2.1. Disponível em <https://tinyurl.com/wkh6m54r>.

CALIL, GILBERTO, 2005

*O Integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*, Tese de Doutorado em História, UFF, Niterói.

ID., 2013.

*Peculiaridades e paradoxos do nacionalismo integralista (1932-1964)*, “História: Debates e Tendências”, Vol. 13, nº 1, pp. 33-47.

ID., 2017

*Como combater o fascismo?*, “Blog Junho”, <http://blogjunho.com.br/como-combater-o-fascismo/>.

ID., 2020

*L'astrologue qui inspire Jair Bolsonaro*, “Le Monde Diplomatique”, nº 791, p. 16

CASIMIRO, FLÁVIO, 2018

*A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*, Expressão Popular, São Paulo.

CAVALCANTE, SÁVIO, 2020

*Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro*, “Crítica Marxista”, nº 50, pp. 121-130.

CRUZ, NATÁLIA, 1997

*Negando a História: A Editora Revisão e o Neonazismo*, dissertação de Mestrado em História, UFF, Niterói.

DAL PAI, RAPHAEL, 2017

*Instituto Ludwig von Mises Brasil: os arautos do anarcocapitalismo*, dissertação de Mestrado em História, UNIOESTE.

DEL ROIO, MARCOS, 2020a

*Gramsci e Togliati diante do fascismo*, “Crítica Marxista”, nº 50, pp. 103-109.

ID., 2020b

*Gramsci y el fascismo: una lectura desde el presente de America Latina*, “Catáassis”, nº 2, pp. 16-19.

DIAS, EDMUNDO FERNANDES, 2006

*Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*, Sundermann, São Paulo.

ID., 2012

*Revolução passiva e modo de vida: Ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*, Sundermann, São Paulo.

FRESU, GIANNI, 2017

*Nas trincheiras do Ocidente: Lições sobre Fascismo e Antifascismo*, Editora UEPG, Ponta Grossa.

## Materialismo Storico, nº 2/2020 (vol. IX)

GRAMSCI, ANTONIO, 2014

*Quaderni del Carcere*, 7ª ed., Einaudi, Torino.

ID., 2004

*Escritos Políticos*, Vol. 2, 1921-1926, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

LÖWY, MICHEL, 2020

“Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro”, in F. Faria – M. Marques, *Giros à Direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador*, Sertão Cult, Sobral, pp. 13-19.

MÃES DE MAIO, 2001

*Do luto à luta*, Ponte Editorial, São Paulo.

MANDETTA, LUIZ HENRIQUE, 2020

*Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus*, Objetiva, Rio de Janeiro.

MATTOS, MARCELO BADARÓ, 2020

*Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*, Usina Editoria, São Paulo.

MILMANN, LUÍS, 2000

“Negacionismo: gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual”, in L. Milmann – P. Vizontini (a cura di), *Neonazismo, Negacionismo e extremismo político*, UFRGS, Porto Alegre.

MIRANDA, JOÃO ELTER, 2019

*MBL: a patrulha ideológica da burguesia*, “Esquerda On Line”, São Paulo, <https://tinyurl.com/dfektbcf>.

MOURA, FERNANDA, 2016

*“Escola sem Partido”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de História*, dissertação em Ensino de História, UFRJ.

PATSCHIKI, LUCAS, 2013

*Os litores de nossa burguesia*, dissertação de Mestrado de História, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon.

PINHEIRO MACHADO, ROSANA, 2019

*Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*, Planeta, São Paulo.

PUGLIA, LEONARDO, 2018

*Gramsci e os Intelectuais de Direita no Brasil Contemporâneo*, “Teoria e Cultura”, Vol. 13, nº 2, pp. 40-54.

REICH, WILHELM, 1988

*Psicologia de massas do fascismo*, 2ª edição, Martins Fontes, São Paulo.

TRAVERSO, ENZO, 2018

*Las nuevas caras de la derecha*, Siglo Veintiuno, Buenos Aires.

USTRA, CARLOS ALBERTO BRILHANTE, 2006  
*A verdade sufocada*, Ser, Brasília.

VIDAL-NAQUET, PIERRE, 1988  
*Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*, Papirus, Campinas.